



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 092

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Marcos Isfer
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE NOVEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausente o senhor deputado Alexandre Curi (01); e os senhores deputados Nereu Moura, Reni Pereira, Luiz Nishimori e Vanderlei Iensen (04), conforme artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 034/2003

Curitiba, 03 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, instituir o Fundo Estadual Antidrogas - FEA, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de captar e administrar recursos financeiros destinados à ação pública de prevenção, fiscalização e repressão do tráfico de drogas, assim como de tratamento e reabilitação de dependentes químicos.

O plano de lei em causa consulta plenamente aos superiores interesses da administração e bem demonstra a grande preocupação do Governo do Estado ante os graves problemas decorrentes do tráfico de drogas, considerados como os males que, na atualidade, mais afligem a coletividade.

Melhor demonstrando a indiscutível necessidade de que a medida seja adotada é, adiante transcrita, justificativa que me foi encaminhada pelo secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, através de expediente protocolado no Sistema Integrado de Documentos sob nº 5.466.255-6/03:

“A criação do Fundo Estadual Antidrogas, vem ao encontro da seriedade com que se pretende tratar o assunto no Estado do Paraná. A Lei nº 12.348, de 06 de novembro de 1998, que autorizou a criação do Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas, contém dispositivos que não mais atendem a atual realidade. Hoje, vivemos um grande momento histórico em que o Conselho Nacional Antidrogas - Conad, a Secretaria Nacional Antidrogas - Senad e os Conselhos Estaduais Antidrogas - Conens, mediante ação integrada, vêm desenvolvendo importante trabalho nas esferas federal e estadual, direcionado para o estabelecimento da causa antidrogas. Com a nova dinâmica do Estado em relação à política antidrogas, faz-se necessária uma nova legislação que estabeleça critérios técnicos para destinação dos recursos obtidos, refletindo também a transparência das ações do Estado, firmando o princípio da eficiência impondo que se atue de forma a produzir resultados.

Somente com a criação do Fundo Estadual Antidrogas, exigência da Secretaria Nacional - Senad, para a realização de convênios, o Estado poderá receber da União, recursos federais e também bens *in natura*, entre outros elencados no anteprojeto de lei ora apresentado, materializando de forma transparente a política antidrogas no Estado do Paraná.

O gerenciamento de bens e valores que serão incorporados ao Fundo Estadual Antidrogas será efetuado por meio de processos administrativos de gestão com vistas à aplicação de tais recursos estritamente vinculados a finalidades determinadas na lei.

O Fundo Estadual Antidrogas - FEA, a exemplo do Fundo Nacional Antidrogas - Funad, visa dar o aporte financeiro ao desenvolvimento, implementação e execução de ações, programas e atividades de repressão, prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes químicos, previstos na Política Estadual Antidrogas.

Em síntese, com a criação do Fundo Estadual Antidrogas, ficará explicitamente definido o poder-dever do Estado de incorporar os recursos e bens obtidos e de destiná-los, exclusivamente, ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes químicos. Assim, estabelece-se critérios técnicos para uma correta aplicação dos recursos e bens incorporados.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Fundo Estadual Antidrogas - FEA, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de captar e administrar recursos financeiros destinados à ação pública de prevenção, fiscalização e repressão do tráfico de drogas e de tratamento e reabilitação de dependentes químicos, na forma da legislação vigente.

Art. 2º - Constituem recursos do Fundo ora instituído:

I - dotações específicas previstas no Orçamento do Estado e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II - recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes, subvenções, auxílios e doações de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais, bem como de pessoas físicas;

III - recursos que lhe forem destinados pelo Governo Federal;

IV - recursos decorrentes da alienação de bens, inclusive daqueles tratados no artigo 4º da Lei Federal nº 7560, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações;

V - outras rendas eventuais, compatíveis com seus objetivos.

§ 1º - A escrituração da movimentação financeira do Fundo deverá observar as normas da contabilidade pública, devendo a sua gestão submeter-se a auditorias periódicas.

§ 2º - A prestação de contas da aplicação dos recursos do Fundo deverá ser feita nos prazos e na forma da legislação aplicável.

§ 3º - Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do FEA.

Art. 3º - Os recursos do FEA serão destinados com exclusividade, para:

I - a realização de programas de prevenção, fiscalização e repressão do tráfico de drogas e de tratamento e reabilitação de dependentes químicos;

II - o desenvolvimento de projetos de formação profissional para tratamento e reabilitação de dependentes, bem como para o controle de uso e tráfico de drogas, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade e órgãos competentes;

III - o reaparelhamento das atividades desenvolvidas por entidades e órgãos públicos relacionadas à fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico de drogas e produtos controlados;

IV - o apoio a entidades legalmente constituídas que desenvolvam atividades de tratamento, reabilitação e reinserção social de usuários de drogas e de orientação e assistência especializada aos familiares de dependentes químicos;

V - o subsídio à participação de representantes do Estado do Paraná em eventos nacionais e internacionais voltados à discussão de questões ligadas ao combate a drogas;

VI - o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento ao público que abordem a temática relacionada a drogas;

VII - a organização de eventos de caráter científico voltados ao estudo e debate de matérias relativas à prevenção, fiscalização e repressão do tráfico de drogas e de tratamento e reabilitação de dependentes químicos, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 4º - O Fundo Estadual Antidrogas será administrado por um Conselho Diretor, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de aprovar os programas de trabalho e a aplicação de seus recursos financeiros e de realizar o seu respectivo acompanhamento, e será composto pelos seguintes membros:

I - o titular da Secretaria de Estado em cujo âmbito de atuação estejam inseridas as atividades relativas à prevenção, tratamento e reabilitação de dependentes químicos, na qualidade de presidente;

II - um representante da Secretaria de Estado responsável pelas atividades de repressão, fiscalização e controle do tráfico de drogas;

III - um representante da unidade administrativa integrante da estrutura governamental diretamente responsável pelas atividades relativas à prevenção, tratamento e reabilitação de dependentes químicos;

IV - um representante da comunidade;

V - um representante das entidades legalmente constituídas que desenvolvam atividades de tratamento e reabilitação de usuários de drogas e de orientação e assistência especializada aos familiares de dependentes químicos.

§ 1 - O detalhamento da organização e do funcionamento do Conselho Diretor do Fundo deverá ser disciplinado por ato do chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - Os membros do Conselho Diretor não serão remunerados, sendo seus serviços considerados de relevância para o Poder Público.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais, nos exercícios de 2003 e 2004, para a implantação dos dispositivos desta lei, servindo como recursos os constantes do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64.

Art. 6º - O Regulamento do Fundo Estadual Anti-drogas deverá ser aprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação desta lei.

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania prestará o apoio técnico-administrativo necessário para o funcionamento do FEA.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Fica revogada a Lei nº 12.348, de 06 de novembro de 1998 e demais disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Indicações:

### INDICAÇÃO Nº 120/2003

Exma. Senhora Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

Hermes Fonseca, deputado estadual, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte;

01 - O número de regiões administrativas - 20 - do Estado é insuficiente para atender as demandas regionais com eficiência e qualidade aos usuários dos serviços públicos do Estado.

02 - Há enormes hiatos entre as sedes das regiões existentes.

03 - Considerando que o aumento do número de regiões, SMJ, poderá oferecer melhores e mais ágeis serviços à população do Estado, propõem que se realizem estudos para ampliar o número de regiões.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) HERMES FONSECA

### INDICAÇÃO Nº 121/2003

Exma. Senhora Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

Hermes Fonseca, deputado estadual, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

01 - Nas sedes das regiões administrativas do Estado os órgãos de governo estão instalados em prédios diversos, alguns próprios e outros locados a preços muito altos.

02 - Há, nessas sedes, prédios próprios do Estado que poderiam ser reformados e adaptados para abrigar,

senão a totalidade, a maioria dos órgãos regionais de governo com uma grande economia de custos.

03 - Além disso, para os usuários haveria um ganho de qualidade no atendimento.

4 - Diante do exposto, propomos a V. Exa. que se desenvolvam ações no sentido de se instalar esses Centros Administrativos.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) HERMES FONSECA

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 498/20003, item 22 da Ordem do Dia da presente Sessão, para que seja analisado o mérito pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário regime de urgência para o Projeto de Lei nº 621/2003, que institui o Dia do Taxista, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) RENI PEREIRA

### REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos de lei em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 11 de novembro do corrente ano, para o Movimento Juvenil pela Unidade, representado nessa oportunidade por Renata Tortelli e Murilo Freitas.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Juvenil pela Unidade está presente em centenas de países, lutando pela paz e por um mundo mais justo.

O movimento prega a fraternidade entre os homens como meio de atingir a paz e a liberdade.

Em um momento de tanta violência e insegurança generalizada, o Movimento Juvenil pela Unidade uniu forças e organizou passeatas pela paz e contra a guerra do Iraque, mobilizando a juventude por uma causa relevante, calcada em princípios morais de união e amizade.

Com base no exposto e investido em suas atribuições regimentais, é que este deputado requer o presente.

#### REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização desta Casa para representar a Assembléia Legislativa, através do Bloco Parlamentar Agropecuário, no Seminário Nacional sobre Transgênico promovido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro conforme convite em anexo, no próximo dia 17 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

#### REQUERIMENTO Nº 2553

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Ilmo. Sr. Nelson Maculan.

Requer, também o envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família Maculan, pelo falecimento do Sr. Nelson Maculan, ocorrido nesta manhã, na cidade do Rio de Janeiro.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Nasceu em Santana da Parnaíba, São Paulo e veio ao Paraná em 1938 para residir em Londrina, onde se destacou como um dos pioneiros e mais ardorosos defensores do município.

Advogado, foi chefe do escritório do Instituto Brasileiro do Café em Milão, Itália, onde destacou-se pela competência e relevantes serviços prestados, o que o legitimou a presidir o Instituto Brasileiro do Café - IBC, de Londrina nos anos 63/64.

Presidiu em Londrina a Associação Rural de Londrina, dando grande impulso durante a sua gestão ao desenvolvimento agropecuário de Londrina e região norte do Paraná.

O Dr. Nelson Maculan também foi um dos fundadores do Aeroclube de Londrina, do Grêmio Recreativo Londrinense e do Country Club, no entendimento que o setor esportivo e social, também contribuem para o desenvolvimento sócio-político das cidades.

Como parlamentar atuou como vereador em Londrina, deputado federal e senador da República, representando o Paraná com ética e respeito ao povo paranaense. Como senador destacou-se principalmente na área da agricultura, e na elaboração do Estatuto da Terra.

O Dr. Nelson Maculan deixa um vazio que jamais será preenchido no coração dos seus familiares e amigos.

#### REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do município de Roncador, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipação político-administrativa do município, em 05 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Roncador, (Praça Moisés Lupion, 89 - CEP: 87.320-000 - Roncador-PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Rio de Janeiro, s/nº - CEP: 87.320-000 - Roncador-PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do município de Campina da Lagoa, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipação político-administrativa do município, em 04 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa, (Praça João XXIII, 996 - CEP: 87.345-000 - Campina da Lagoa-PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Vitório Faccini, s/nº - CEP: 87.345-000 - Campina da Lagoa-PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do município de Ubitatã, pelas comemorações alusivas aos 42 anos de emancipa-

ção político-administrativa do município, em 04 de novembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Ubatã, (Av. Nilza de Oliveira Pepino, 240 - CEP: 85.440-000 - Ubatã-PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Praça Emílio de Menezes, s/nº - Caixa Postal 154 - CEP: 85.440-000 - Ubatã-PR).

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Agudos do Sul, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política, no próximo dia 21 de novembro de 2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Exma. Sra. Luciane Maira Teixeira, prefeita municipal, ao vice-prefeito, Sr. Orli Walfrido Persch, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Executivo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com esta Proposição queremos prestar nossa justa homenagem a toda a população de Agudos do Sul que vê, no próximo dia 21 de novembro/2003, transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política. Da mesma forma parabenizamos a prefeita Luciane Maira Teixeira e sua equipe de trabalho, que vêm administrando com seriedade e competência os destinos do município.

Os primórdios da ocupação de Agudos do Sul datam do século XIX, quando o lugar era conhecido simplesmente por Agudo, e seu território pertencia à Comarca do município de São José dos Pinhais.

A história registra o nome do tenente-coronel da Guarda Municipal, José Machado Fagundes, como o principal colonizador da região. Em 28 de junho de 1902, o Decreto Estadual nº 239, criou o Distrito Policial de Agudo. Era o início do povoamento ordenado. No ano seguinte o distrito passou à condição de vila com a denominação de Agudos.

Em 1943, a povoação teve sua denominação alterada para Carijós, sendo que neste período o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de São José dos Pinhais.

Em 11 de outubro de 1947, a Lei Estadual nº 02 alterou a denominação de Carijós para Agudos do Sul. Pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o Distrito Administrativo de Agudos do Sul.

Em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4.245, foi criado o município de Agudos do Sul. A instalação ocorreu em 18 de novembro de 1961.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em transmitir a toda a população de Agudos do Sul, efusivos cumprimentos pela eficiente colaboração em prol do progresso do município.

#### REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Mario Saito.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.11.2003

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente:

O deputado estadual, adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar a inserção nos Anais da Plenária do dia de hoje, do registro de felicitações especiais às equipes masculina e feminina (adiante nominadas) de bolão, do município de Marechal Cândido Rondon, por sagrarem-se campeãs finais, nas respectivas categorias, do Campeonato Paranaense de Bolão, no último dia 02 de novembro, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

ATLETAS CAMPEÕES E CAMPEÃS:

##### Equipe masculina

- Carlos Rosin Berwanger
- Hélio Timóteo da Cruz
- Astério Rautp
- Felício Jorge Warken
- Jacyr Lazzari
- Ricardo Silvio Chapla
- Marcos Reuters
- Walmor Luiz Buche
- Oilson Gilnei Ticher
- Olivio Oldoni
- Rogério Eloí Kerber
- Américo Cremonese

##### Equipe feminina

- Lidiane da Silva
- Heriqueta Mielke
- Ilga da Silva
- Marciane Wachholz
- Elenir Wansoski Chapla
- Maria Ivani Giesel
- Marlene Muller
- Liziane Knack
- Ledy Cerny

- Rosemari Backes
- Irene Schlickmann
- Malize Kempf
- Ledinha Knop

**Técnico**

Anderson Picollo

Sala das Sessões, em 05.11.2003

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

A Assembléia Legislativa do Paraná, se assim entender o seu corpo legislativo, por este deputado, na condição de legítimo representante de Marechal Cândido Rondon nesta Casa de Leis, rende a sua efusiva homenagem aos atletas, dirigentes e seus familiares, e às autoridades municipais pelo título obtido, desejando largo sucesso nos novos certames que porventura vierem a disputar, e que sempre colham grande satisfação pessoal na prática da modalidade esportiva escolhida, no apoio prestado e na divulgação do progressista município pelo Estado afora.

Caso aprovada a presente proposição, o parlamentar requer que da decisão seja dado ciência ao Sr. Edson Wasen, prefeito municipal, Sr. Valdir Port, vice-prefeito, via correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, à Rua Espírito Santo, 777; ao Sr. Irineo Kühn, diretor do Departamento de Esportes; aos atletas e técnico nominados, à Rua Ceará, 1515 - Departamento de Esportes; e que seja também dado conhecimento do aprovado ao vereador Nilson Hachmann, presidente da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, Rua Sergipe, 769 - CEP 85960-000.

**REQUERIMENTO Nº 2534**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, solicitando recape urgente da BR-369 - rodovia estadual na região do município de Uraí e também na rodovia municipal que liga Uraí a Cruzeiro do Norte.

O referido deve-se pela situação intransitável que encontram-se essas duas vias, de grande circulação e de extrema importância no transporte daquela região.

Sala das Sessões, em 05.11.2003

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2536**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

- Quais as viagens internacionais feitas pelo governador anterior nos seus 08 (oito) anos de mandato?

- Quem o acompanhou nessas viagens?
- Quais os gastos envolvidos nessas viagens?

Sala das Sessões, em 05.11.2003

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 2538**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

- Quais os gastos com a manutenção das instalações do chamado "Chapéu Pensador" (incluindo serviços de terceiros) nos oito anos de mandato do governador anterior?

Sala das Sessões, em 05.11.2003

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 2539**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

- Quais as viagens nacionais feitas pelo governador anterior nos seus 08 (oito) anos de mandato?

- Quem o acompanhou nessas viagens?

- Quais os gastos envolvidos nessas viagens?

Sala das Sessões, em 05.11.2003

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 2541**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

- Quais os gastos com locação de aeronave e helicópteros realizados pelo governador anterior nos seus oito anos de mandato?

Sala das Sessões, em 05.11.2003

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 2544**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

- Quais os gastos com a manutenção das instalações existentes na Ilha das Cobras (incluindo serviços de terceiros) nos oito anos de mandato do governador anterior?

Sala das Sessões, em 05.11.2003  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao Sr. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando em caráter de urgência, a realização de Operação Tapa Buracos e sinalização na estrada que liga o município de Ponta Grossa ao distrito de Biscaia, que encontra-se em péssimo estado de conservação colocando em risco de acidentes os motoristas que trafegam na mesma.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao major brigadeiro Washington Carlos de Campos Machado, DAC- Departamento de Aviação Civil, solicitando melhorias no transporte aéreo de Londrina, com a inclusão de um maior número de vôos e abertura do mercado a outras companhias aéreas para operarem na região, estimulando a concorrência e baixando o preço das passagens.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.  
(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Londrina vem sofrendo crescentes prejuízos decorrentes do sistema de transporte aéreo.

A falta de vôos e os altos preços das tarifas têm prejudicado uma série de atividades econômicas vitais para o município. Uma das principais é o turismo de eventos. Como não há concorrência entre as empresas que operam no setor, há pouco tempo a cidade perdeu um grande evento nacional em razão do alto preço das tarifas praticadas pelas empresas.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua Santa Luzia, 651, 6º andar, sala 615, bairro Castelo, CEP 020.030.041 - Rio de Janeiro - RJ.

#### REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, governador do Estado, solicitando:

. a construção imediata da Cadeia Pública de Londrina;

. o fechamento, em caráter definitivo, da carceragem do 3º Distrito, localizado no Jardim Bandeirantes, em Londrina.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.  
(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do Jardim Bandeirantes, em Londrina, assustados com a informação prestada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Dellazari, de que a carceragem do 3º Distrito Policial será, em breve, reaberta para o abrigamento de presos em flagrante delito, solicitam o fechamento em caráter definitivo da carceragem, uma vez que esse órgão está localizado ao lado de uma escola estadual e em casos de rebelião e evasão, os presos usam a escola como rota de fuga, colocando em risco a segurança de alunos e professores.

Para tanto, solicita a construção e implantação imediata da Cadeia Pública de Londrina, para onde deverão ser enviados os presos.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Curitiba- PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido dos moradores da localidade do Feixo, que solicitam, com a maior brevidade possível, a pavimentação entre o KM 182/183 da Rodovia do Xisto (Feixo), no trecho até a ponte do Rio Iguaçu, de Balsa Nova. São aproximadamente 20 (vinte) quilômetros que encontram-se em péssimas condições de conservação e que necessitam de pavimentação de qualidade.

Trata-se de uma rodovia com intenso tráfego de veículos, bicicletas e pedestres e que também é utilizada diariamente para o escoamento da produção de maçã.

Pedem ainda, a devida sinalização junto às escolas, igrejas e demais locais em que se faça necessária, proporcionando benefícios e segurança para toda a comunidade. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o senhor Paulo Isolani pelos telefones 639-1369 (manhã e noite) e 622-2677 (tarde).

Sala das Sessões, em 05.11.2003.  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de



atender pedido da Sra. Márcia Ferreira dos Anjos, residente à Rua Caxias nº 488, Bairro Jardim Tropical - município de Piraquara, que pede a implantação de rede coletora de esgotos na rua em que reside. Nas valetas a céu aberto escorre o esgoto exalando um mau cheiro insuportável, além de ocorrer a proliferação de animais nocivos à saúde da população. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 667.8330.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja determinada à Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Banestado, o fornecimento das notas taquigráficas relativas aos depoimentos prestados nos dias 14 e 21 de outubro, perante essa comissão, haja vista que inobstante públicos tais documentos, quando solicitados à secretaria da Comissão, não nos foram fornecidos.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na condição de presidente e demais membros da Comissão Permanente de Fiscalização, no uso de suas atribuições Constitucionais (artigos 61 e 76 / CE), Regimentais (Artigo 33, parágrafo 15, do Regimento Interno desta Casa) e legais (Decreto Governamental nº 253/2003), e após deliberação do Plenário, vêm mui respeitosamente REQUERER se digne informar qual o vínculo existente entre as Universidades Estaduais e os IMEP's, explicitando como se dá o funcionamento deste, no que se refere à sua administração econômico-financeira.

Por fim, requer-se o encaminhamento da documentação e das explicações necessárias ao caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa, e decreto citado.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NEIVO BERARDIN - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Vice-presidente

WALDIR LEITE, NELSON TURECK, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na condição de presidente e demais membros da Comissão permanente de Fiscalização, no uso de suas atribuições Constitucionais (artigos 61 e 76/CE), Regimentais (Artigo 33, parágrafo 15, do Regimento Interno desta Casa) e legais (Decreto Governamental nº 253/2003), e

após deliberação do Plenário, vêm mui respeitosamente REQUERER as seguintes informações:

1. De quanto foi o valor dos recursos repassados pelo Governo Federal ao Governo do Estado para a instalação de UTI's no Paraná? (Anexar documento(s) comprobatório(s))

2. Quais as cidades/hospitais beneficiados? (Anexar documento(s) comprobatório(s))

3. Qual foi o valor gasto para a instalação de cada uma das UTI's? (Anexar documentos(s) comprobatório(s)).

Por fim, requer-se o encaminhamento da documentação e das explicações necessárias ao caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa, e decreto citado.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NEIVO BERARDIN - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Vice-presidente

(aa) WALDIR LEITE, NELSON TURECK, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na condição de presidente e demais membros da Comissão permanente de Fiscalização, no uso de suas atribuições Constitucionais (artigos 61 e 76 / CE), Regimentais (Artigo 33, parágrafo 15, do Regimento Interno desta Casa) e legais (Decreto Governamental nº 253/2003), e após deliberação do Plenário, vêm mui respeitosamente REQUERER se digne informar se existe alguma obra pública no Estado paralisada ou mesmo, algum convênio com município, relativo à obra ou serviço público, igualmente paralisado.

Por fim, requer-se o encaminhamento da documentação e das explicações necessárias ao caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa, e decreto citado.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NEIVO BERARDIN - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Vice-presidente

(aa) WALDIR LEITE, NELSON TURECK, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na condição de presidente e demais membros da Comissão permanente de Fiscalização, no uso de suas atribuições Constitucionais (artigos 61 e 76 / CE), Regimentais (Artigo 33, parágrafo 15, do Regimento Interno desta Casa) e legais (Decreto Governamental nº 253/2003), e após deliberação do Plenário, vêm mui respeitosamente REQUERER se digne informar se existe alguma obra ou serviço público no Estado paralisada ou mesmo, algum

convênio com município, relativo a obra ou serviço público, igualmente paralisado.

Por fim, requer-se o encaminhamento da documentação e das explicações necessárias ao caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa, e decreto citado.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Vice-presidente

WALDIR LEITE, NELSON TURECK, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2562

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na condição de presidente e demais membros da Comissão permanente de Fiscalização, no uso de suas atribuições Constitucionais (artigos 61 e 76 / CE), Regimentais (Artigo 33, parágrafo 15, do Regimento Interno desta Casa) e legais (Decreto Governamental nº 253/2003), e após deliberação do Plenário, vêm mui respeitosamente REQUERER as seguintes informações:

1. Com quais empresas o Governo do Estado mantém contrato de locação de veículos? (Anexar contratos).

2. Quantos veículos estão locados atualmente ao Governo do Estado? (Especificar veículo a veículo, por Secretaria, discriminando modelo, ano e placa, e a que função se destinam).

3. Qual foi o valor gasto com a locação dos veículos? (Anexar planilhas que especifiquem o pagamento, empresa por empresa).

Por fim, requer-se o encaminhamento da documentação e das explicações necessárias ao caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa, e decreto citado.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Vice-presidente

WALDIR LEITE, NELSON TURECK, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na condição de presidente e demais membros da Comissão permanente de Fiscalização, no uso de suas atribuições Constitucionais (artigos 61 e 76 / CE), Regimentais (Artigo 33, parágrafo 15, do Regimento Interno desta Casa) e legais (Decreto Governamental nº 253/2003), e após deliberação do Plenário, vêm mui respeitosamente REQUERER as seguintes informações:

1. Com relação à dragagem no Porto de Paranaguá:

a) Está sendo feita, regularmente, a dragagem nos canais (Paranaguá e Antonina) e na frente do cais do Porto? Justificar a resposta e anexar laudo ou documento hábil comprobatório.

b) Quais os valores pagos nos anos de 2002 e 2003, e o acumulado no Fundo de Dragagem? Anexar comprovante de movimentação - extrato - com os respectivos valores.

2) Com relação aos terminais no Porto de Paranaguá:

a) Encaminhar relação com todos os detentores de terminais a quantidade embarcada nos anos de 2002 e 2003, e o valor das tarifas recebidas pela Administração Portuária.

b) Especificamente informar qual a quantidade de grãos embarcada pela arrendatária do terminal pertencente ao Governo do Paraguai? Qual o valor das tarifas arrecadado pelo Porto nos anos de 2002 e 2003? Anexar cópia do contrato de concessão.

c) Qual a quantidade de grãos embarcada no Porto de Paranaguá, oriundas dos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso? Qual o valor das tarifas arrecadado pelo Porto nos anos de 2002 e 2003?

3) Com relação aos funcionários do Porto de Paranaguá:

a) Encaminhar a relação de funcionários comissionados, especificando os nomes, cargos exercidos, formação educacional, valor do salário e das vantagens.

b) Quantos psiquiatras executam atividades no porto? Quem são? Como foram contratados? Houve licitação? Qual o valor do salário e das vantagens?

c) Esclarecer o vínculo desses profissionais em relação ao contrato de manutenção existente no Corredor de Exportação.

4) Com relação ao embarque de produtos no porto:

a) Qual o volume e redução esperada no faturamento do porto com a proibição do recebimento e carregamento de produtos transgênicos para os anos de 2003 e 2004?

b) Quais empresas ou operadores portuários operam nos Silos Públicos do Porto (Vertical e Armazéns)? Qual o volume embarcado por eles nos anos de 2002 e 2003? Quanto foi arrecadado pela administração em tarifas portuárias?

5) Com relação à infra-estrutura no porto:

a) Qual a situação do pier destinado ao embarque de produtos inflamáveis? Está ou não interditado oficialmente? Por quê? (Anexar laudo ou documento hábil comprobatório da interdição, e informar atitudes e prazo efetivos para sua reforma e plena operação).

b) A quem pertence o Pier de Inflamáveis privado, e quais as empresas que estão utilizando este pier para suas operações em detrimento ao do porto?

c) Qual a situação estrutural do Berço 213, e, qual o prazo e as providências definitivas que estão sendo tomadas para que a segurança da operação volte a normalidade?

d) Informar as licitações abertas e em andamento no período de 2003, relativas a novos investimentos privados.

e) Informar ainda, quais as atitudes e prazos previstos para a implantação do Cais Oeste, dos terminais públicos de contêineres e de descarga de fertilizantes.

6) Com relação ao meio ambiente:

a) Informar, bem como enviar documentos a respeito da atual situação da APPA e dos demais operadores e terminais portuários no que diz respeito à poluição da região, tendo em vista que as atividades realizadas no Porto de Paranaguá, como, abastecimento de óleo; lavagem de porões e pátio de cais e água de lastro dos navios; emissão de pó e resíduos deixados no cais; nível de percolação no solo; odor e ruídos que podem causar consequências danosas ao meio ambiente.

Por fim, requer-se o encaminhamento da documentação e das explicações necessárias ao caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa, e decreto citado.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Vice-presidente

WALDIR LEITE, NELSON TURECK, ARTAGÃO JÚNIOR, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2564- A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor governador do Estado, solicitando informar a data da assinatura do protocolo para instalação da indústria de fabricação de isqueiros do Grupo Luneng Policity do Brasil, no município de Quatro Barras e quando foi iniciada a construção das instalações da empresa.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 661/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Fundação Esperança, com sede no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Esperança classifica-se como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, já declarada de Utilidade Pública pelo município de Curitiba, através da Lei nº 9385, de 08.10.1998, atuando nas seguintes áreas:

1) criação e desenvolvimento de programas de capacitação educacional e profissional, com fins sociais;

2) prestar assistência social à comunidade em geral, com orientações moral e espiritual em benefício da comunidade, com auxílio de psicólogos;

3) abrir ou gerir casas-lar, casas-abrigo, creches ou assemelhados;

4) assistir com cestas básicas às famílias menos favorecidas, quando necessário.

#### PROJETO DE LEI Nº 663/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Berimbau de Prata, com foro e sede no município de Curitiba / PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Capoeira Berimbau de Prata, fundada no dia 06/02/1998, com sede e foro à Rua Dr. Nelson de Souza Pinto, nº 778, bairro Ahu, no município de Curitiba / PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade realizar trabalhos sócio-culturais junto a comunidades carentes de Curitiba e Região Metropolitana através do projeto Capoeira Comunitária.

Atualmente atendendo aproximadamente 100 (cem) crianças, tem como objetivo primordial atrair o maior número de crianças e adolescentes na busca de um futuro promissor, sem drogas e violência. Constam do projeto: a luta pelos direitos e interesses das crianças e adolescentes de rua e carentes; desenvolvimento de programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e sociais junto à comunidade; e promoção de valorização do ser humano através de sua participação na organização de trabalhos em prol da melhoria da sociedade.

Mesmo enfrentando sérias dificuldades quanto à falta de verbas, os trabalhos continuam a ser desenvolvidos em espaços concessionados, onde são ministradas, gratuitamente, aulas de capoeira. Inúmeros são os benefícios proporcionados através dessas aulas às crianças e adolescentes, como disciplina individual e coletiva, concentração, respeito mútuo, desenvolvimento de coordenação motora, desenvolvimento físico, emocional e cultural, além de despertar a capacidade de criatividade e de vencer suas próprias limitações.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela Associação de Capoeira Berimbau de Prata, bem como analisando toda a documentação da entidade que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a

matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 664/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído o “Dia do Técnico Agrícola”, a ser comemorado anualmente no dia 05 de novembro.

Art. 2º - Considera-se técnico agrícola, para fins desta lei:

§ 1º - O diplomado que tenha concluído um dos cursos técnicos agrícolas por escolas agrícolas autorizadas ou reconhecidas, regularmente constituída, nos termos das Leis nºs 4024, de 20/12/1961; 5692, de 11/08/71, e 7044, de 18/10/82 e 9394/96, habilitados nas modalidades:

- técnico agrícola em agricultura;
- técnico agrícola em agropecuária;
- técnico agrícola em agroindústria;
- técnico agrícola em açúcar e álcool;
- técnico agrícola em carnes e derivados;
- técnico agrícola em enologia;
- técnico agrícola em florestal;
- técnico agrícola em leite e derivados;
- técnico agrícola em meteorologia;
- técnico agrícola em meio ambiente;
- técnico agrícola em pecuária;
- técnico agrícola em pesca;
- outras modalidades afins.

§ 2º - O diploma em data anterior à finalização dos cursos de formação, acima referidos, cujo diploma tenha sido reconhecido por lei federal.

§ 3º - O diploma de estrangeiros que hajam revalidado seu diploma na forma de legislação em vigor.

§ 4º - O profissional sem os cursos e a formação acima referidos, desde que conte na data de regulamentação da Lei 5524, de 05/11/68 sobre o exercício por órgão competente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

**JUSTIFICATIVA:**

O técnico agrícola em suas diversas modalidades: técnico agrícola em agricultura, agropecuária, agroindústria, florestal, enologia, piscicultura e outros afins, soma mais de 5000 profissionais no Paraná atuando no serviço público e privado do agronegócio paranaense, tais como: Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Emater-PR, Codapar, IAP, Iapar, prefeituras municipais, cooperativas, agroindústrias de leite/carnes, empresas de consultoria, topografia e insumos agropecuários, sendo

responsável por 70% da assistência técnica junto ao produtor rural e sua família.

Esses profissionais têm sua formação escolar reconhecida desde 1910, quando foi criada a escola de Viamão no Rio Grande do Sul. São 93 anos de profissão, contribuindo com o desenvolvimento agropecuário brasileiro. No Paraná existem atualmente 15 escolas agrícolas estaduais e 01 particular, reconhecidas e constituídas nos termos das Leis nºs 4024/67, 5692/71, 7044/82 e 9394/96, habilitando técnicos agrícolas em agropecuária, florestal e pesca para o mercado paranaense e de outros Estados brasileiros.

O exercício da profissão é estabelecido pelo Decreto Federal nº 4560 de 30/12/2002, que alterou o Decreto nº 90.922 de 06/02/1985, que regulamentou a Lei nº 5524 de 05/11/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico agrícola em suas diversas modalidades.

A categoria é organizada no Estado através do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio no Estado do Paraná - Sintea-PR, código 012.000.02941-0, conforme Carta Sindical de 10/08/1988 do Ministério do Trabalho. Também instituiu Fundação dos Técnicos Agrícolas no Estado do Paraná - Funtapar. A primeira organização formal se deu em 1979, através da Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - Ataepar. Nacionalmente são organizados na Federação Nacional de Técnicos Agrícolas - Fenata.

Os técnicos agrícolas reunidos em encontro nacional realizado em Brasília - DF, nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro de 1988, aprovaram o Dia Nacional dos Técnicos Agrícolas, numa alusão clara à data da promulgação da Lei nº 5524 de 05/11/1968.

Atendendo a solicitação dos técnicos agrícolas do Paraná, requerendo a lei estadual que instituiu o dia “05 de novembro, Dia do Técnico Agrícola” far-se-á justiça a esses profissionais que estão distribuídos em todos os municípios do Paraná, visitando, orientando e organizando os produtores e a produção de alimentos. É uma singela forma de agradecimento a esse profissional que tanto faz anonimamente pelo desenvolvimento da agricultura paranaense.

**Projeto de Lei Complementar:**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 662/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi, Palmeira, Teixeira Soares, Imbituva, Ipiranga, Piraí do Sul, Reserva, Ivaí, Guamiranga, Imbaú e Telêmaco Borba, áreas estas inter-

dependentes, dando início à região metropolitana, a qual poderá ser estendida futuramente.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Ponta Grossa terá um Conselho Consultivo e um Conselho Deliberativo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo compor-se-á de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a região metropolitana, sendo que o município de Ponta Grossa será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de 01 (um) representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Ponta Grossa e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Ponta Grossa.;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a região metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder o remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto nesta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 criou condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar,

mantendo suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso país. Assim, em seu artigo 25, parágrafo 3º a Constituição Federal delega aos Estados, através de lei complementar, a criação de regiões metropolitanas, e a Constituição do Estado, por seu turno, no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização dessas regiões.

Com a consciência de que o planejamento moderno deverá ser sistemático e orgânico para que possa trazer algum benefício para a sociedade, salienta-se a importância de que esse planejamento seja regionalizado para fazer frente às necessidades que são similares devido aos fatores histórico-culturais e de espaço geográfico. Como se pode perceber na formação de outras regiões metropolitanas, o desenvolvimento de um programa conjunto fortalece cada um dos municípios participantes, trazendo o impulso necessário para atender suas populações de maneira mais eficiente.

Os municípios indicados para participar da Região Metropolitana de Ponta Grossa têm vida econômica e social interligada por fatores dos mais diversos, tais como a presença da Universidade, as indústrias, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim, todo um universo convergente que habita a constituição de uma região metropolitana destinada a melhorar, qualificando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Assim, além de a necessidade patente, a criação da Região Metropolitana de Ponta Grossa comunga com o anseio da comunidade que exige, cada vez mais, o atendimento de suas necessidades e para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje vejo na imprensa estadual uma reportagem um tanto quanto importante, na minha avaliação, com referência à transferência dos presos das delegacias de Curitiba e da região metropolitana para o presídio de Piraquara. Uma penitenciária moderna, que foi construída com capacidade para 450 detentos e que desde o mês de dezembro do ano de 2002, já havia sido inaugurada.

E o objetivo era exatamente este: fazer com que todas as delegacias de Curitiba e da região metropolitana, que estão superlotadas, pudessem ser esvaziadas e seus presos serem remanejados para essa nova penitenciária, e lá, iriam aguardar o seu julgamento.

Uma penitenciária igual a essa foi construída lá em Ponta Grossa, para que presos que já foram condenados possam lá cumprir suas penas, e também a penitenciária oferece 450 vagas, sendo que temos na região dos Campos Gerais e Ponta Grossa todas as cadeias superlotadas e

um presídio vizinho a essa penitenciária industrial lá construída, que está superlotado também - que se chama O Cadeião, Cadeião Hildebrando de Souza. A penitenciária que tem 450 vagas, tem três alas, com só uma ocupada. Já estamos aí, praticamente, concluído um ano de governo; a penitenciária foi inaugurada no mês de dezembro do ano de 2002, e está, até agora, com só uma parte dela utilizada.

Na madrugada de hoje, na Rede Globo, tivemos uma reportagem feita pela Rede Globo de Televisão que mostrava a situação do Estado do Paraná com relação a essa transferência dos presos das cadeias de Curitiba e região metropolitana para a penitenciária de Piraquara, e dava como exemplo, senhor presidente, essa penitenciária que foi construída lá em Piraquara, que tem detector de metais, portas automáticas, um grande esquema de filmagem para que possam ser os presos inspecionados através de câmaras de televisão diariamente. O que mais me assustou ao final da reportagem, toda ela, foi feita mostrando como exemplo a penitenciária que foi construída, como se fosse o governador Roberto Requião, quem a construiu, quem fez tudo aquilo que está ali e ele sendo elogiado como aquele que construiu uma penitenciária moderna, que serve como modelo para o nosso país e para o Brasil!

Então, fiquei pasmo de ver aquela reportagem como se fosse o atual governo que fez, mas na realidade foi o governo anterior, que tão criticado foi pelo atual governo, por ter construído as penitenciárias no Estado do Paraná: a de Piraquara, a de Ponta Grossa que está lá, por ser utilizada e outras tantas que foram construídas no Estado.

Fico feliz de ter feito parte do governo anterior e ver ainda hoje nas manchetes dos jornais, os elogios que vêm das boas ações que o governo anterior fez. Uma delas, foi a construção dessas penitenciárias que hoje estão sendo apontadas, ainda, como modelo para o nosso Brasil e para o nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

**O SR. NEIVO EBRALDIN**

Senhor presidente, senhores deputados.

Chamo a atenção da Casa, em relação a uma denúncia que acabei de receber, há poucos instantes, e outras denúncias que tenho recebido também da mesma ordem, sobre ex-funcionários ou atuais funcionários da Cocelpa. São insistentes as denúncias que levam a crer que a Cocelpa teria adquirido um empréstimo e - por uma artimanha de procedimento - esse empréstimo teria sido reduzido junto ao Badep e ao Banco do Estado do Paraná em última análise.

Senhor presidente, senhores deputados, as denúncias, relatadas anonimamente, identificam forte escritório

do Paraná, escritório jurídico, sendo recebedor de dinheiro para encaminhar o processo no sentido de diminuir os mais de 150 milhões de dólares que a Cocelpa contraiu para, hoje, pouco menos de 28 milhões de reais.

Evidentemente, na condição da CPI do Banestado, vou colocar na Comissão o assunto, para ser analisado, a hipótese de convocarmos alguns ex-funcionários da Cocelpa e algumas dessas pessoas que têm nos comunicado desse assunto.

Mais uma vez pode-se constatar a presença política, sobretudo na campanha eleitoral, de uma empresa que teria contraído vários empréstimos usando o Banco BNDES e várias linhas de financiamento internacional, e na sequência ter, com a ajuda desse escritório jurídico, que aliás, segundo notícias, o mesmo escritório jurídico competente junto ao antigo Bamerindus.

Era isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao deputado André Vargas, no Pequeno Expediente.

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Logo no começo dos trabalhos nesta Casa, quando fazíamos a opção por participar das comissões permanentes da Casa, junto com a minha Bancada fui indicado para três comissões.

Uma foi a Comissão de Orçamento, outra, de Fiscalização e a outra, de Tributação.

Hoje tivemos uma importante reunião da Comissão de Fiscalização. É bom entender, todos nós sabemos e a sociedade assim o avalia, que as duas funções nobres do Legislativo, funções essenciais, estão relacionadas ao ato de legislar e também ao ato de fiscalizar, pois que o Parlamento tem que estar vigilante na fiscalização do uso do dinheiro público, na fiscalização dos recursos orçamentários.

Falávamos lá, com os deputados Elio Rusch, Nelson Tureck, Artagnão, e presidente Neivo Beraldin, o Leite e o deputado Duílio Genari, que nós precisamos, no Paraná, de um sistema de acompanhamento da execução orçamentária para que saibamos detalhadamente aquilo que o governo e os outros poderes também, mas em especial o governo está executando em matéria de orçamento e qual é o cumprimento da proposta orçamentária.

Fala-se muito que o Orçamento é uma peça de ficção, mas desde a elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal e das exigências inclusive da Lei da Organização dos Orçamentos Públicos, que o Orçamento deixa de ser uma peça de ficção e, o momento da votação do orçamento e da sua execução, são por si só e devem ser, por si só, objeto de uma detalhada reflexão, observação e fiscalização do Parlamento.

Senhor presidente, é com alegria que todos nós também estamos observando um debate um pouco mais democrático acerca do Orçamento Público e, tenho me

pronunciado a respeito, já tenho falado que há algumas distorções na peça orçamentária a serem corrigidas.

A questão da saúde já é uma questão pública e que certamente será o centro da polêmica até a votação do Orçamento do Paraná.

A União, por pressão dos deputados, inclusive do nosso Partido PT, que é governo, teve que tirar as despesas de saneamento da peça orçamentária do câmpulo das exigências constitucionais para a área da saúde pública.

O governo do Estado de São Paulo, pressionado também pelo Parlamento, assim o fez. Este Parlamento não haverá de se calar; já está mobilizado, e, essa mobilização tende a crescer, já que ela não nasce no Parlamento, nasce na sociedade civil, nasce na mobilização das organizações não-governamentais, dos conselhos profissionais da área da saúde.

Senhor presidente, além dessa exigência constitucional, há uma exigência federal no repasse dos recursos de uma outra área tão importante quanto à saúde, que se organizou a *posteriori*, que é a área da assistência. Como o SUS, o segmento à assistência social após aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, que tem no ápice, na realização das conferências que se realiza no final desta semana, aqui em Curitiba.

A Conferência Nacional que certamente se realizará, há uma exigência, senhores deputados, em especial para nós os membros da Comissão de Orçamento, uma exigência de co-financiamento do setor de assistência, para que ao Estado aloque no Orçamento, no mínimo, 20% daquilo que a União já coloca no segmento. Essas são as orientações do Conselho Nacional, e isso não está previsto, malmente nesse Orçamento, distorção que haverá de ser corrigida na elaboração das emendas e mesmo na elaboração do relatório.

Os 20% estão aí, na ordem, hoje, em torno de 3 milhões, 3 milhões e meio de reais. É bom ressaltar que a União já destina para o segmento de assistência, sejam os recursos de ação continuada, atendimento aos portadores de deficiência e idosos.

A União, através desses programas, os programas de transferência de renda, obedecendo os princípios constitucionais e das leis federais, já repassa valores substanciais que extrapolam os 400 milhões de reais!

Portanto, cumpre o Orçamento do Estado, fazendo justiça ao segmento de inclusão social e de garantia de dignidade aos paranaenses, sendo que é preciso reconhecer a vontade do governo do Estado do Paraná de fazer com que esses princípios sejam atendidos, mas essa vontade tem que estar expressa no Orçamento. É na elaboração do relatório, na votação do orçamento, que teremos e veremos garantidos os repasses constitucionais, garantindo a qualidade de serviço.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com muita satisfação que voltamos a esta tribuna.

Primeiramente queremos fazer um convite ao deputado Nelson Tureck: segunda-feira à noite vamos fazer um jogo de futebol em Ponta Grossa contra a Câmara Municipal.

Em seguida, na terça-feira pela manhã, estaremos acompanhando a promulgação da lei, que o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, fará lá em Ponta Grossa, lei que institui a nossa "Garagem da Esperança", como entidade especial no Estado do Paraná, Utilidade Pública do Estado do Paraná.

Convido todos os senhores deputados que puderem nos prestigiar. A nossa Garagem da Esperança é um instrumento de trabalho constante ao povo mais humilde. E quero aqui agradecer o presidente Hermas Brandão, que estará em Ponta Grossa às 7 horas da manhã. Será mais cedo que as reuniões do governador Roberto Requião!

O presidente vai promulgar a lei que determina a Garagem da Esperança, instituição oficial. Para nós é motivo de muito orgulho, porque na verdade é um prêmio àquela instituição que tem trabalhado há 13 anos, ajudando as pessoas mais humildes dos Campos Gerais.

Aproveito também esta ocasião, para falar sobre o projeto que estou protocolando hoje, que cria a Região Metropolitana de Ponta Grossa. Como existem as regiões metropolitanas de Curitiba, Maringá e Londrina, estaremos lançando agora a Região Metropolitana de Ponta Grossa, que compreende todas as cidades em volta de Ponta Grossa e Campos Gerais.

Vamos apresentar também um pedido de urgência para que este projeto ande o mais rápido possível.

Estamos apresentando hoje vários requerimentos que cobram do atual governo, governo Roberto Requião, algumas informações. Por exemplo: sempre tive a curiosidade de saber quanto custaram as viagens que o governador Jaime Lerner fez.

Estou protocolando hoje vários requerimentos, solicitando ao atual governo que nos forneça quanto o Governo do Estado gastou com viagens nacionais e internacionais. Quais os gastos feitos na Ilha das Cobras pelo governador do Estado? Quanto se gastou em contratação de aeronave? Quais os custos dos helicópteros que foram alugados? Quanto o Estado gastou nos últimos oito anos do governo anterior em aviões, viagens? Sempre tive essa curiosidade de saber.

Como o Elio Rusch protocolou aqui do atual governo, eu resolvi protocolar do governo anterior para matar a minha curiosidade e também a do povo do Paraná.

Ao mesmo tempo, presidente Stica, pediria mais um minutinho, pois já está encerrando o meu tempo. Gostaria de pedir algumas informações e pedidos para a região de Ponta Grossa, melhorias para a rodovia que vai de Ponta Grossa até Biscaia, como recapagens e placas

que devem ser colocadas. Então, o requerimento que estou apresentando hoje, faz esse pedido.

Encerro, agradecendo mais uma vez ao nosso eminente presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, que faz justiça a uma instituição chamada Garagem da Esperança, a qual nós temos o prazer de ter fundado. Ele estará junto com os demais companheiros na próxima terça-feira em Ponta Grossa promulgando essa lei, que é um prêmio àquele trabalho que prestam todos aqueles que ajudam a população há muitos anos.

Fica aqui o reconhecido agradecimento do povo dos Campos Gerais a todos os deputados, companheiros nossos, e em especial ao nosso presidente, que se propõe a ir lá em Ponta Grossa para promulgar a lei que concede esse direito à nossa Garagem da Esperança, que trabalha todos os dias, não só em período de eleição e o seu segredo, que muitos não sabem, é que ela não faz politicagem, trabalha todos os dias pelo povo, independente do momento em que vive aquele que a criou, que sou eu. Então, trabalhamos todos os dias, faça chuva, faça sol, política ou não-política, vamos e voltamos todo dia para Ponta Grossa para atender a população, através da Garagem da Esperança.

Era isso, senhor presidente, senhores deputados. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próxima oradora inscrita, deputada Elza Correia.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras.

Gostaria, primeiramente, de colocar que hoje, às 17h00, nós deputados da região Norte do Paraná, mais especificamente da região de Londrina e Maringá, fomos convocados pela secretária Eleonora Fruet para uma reunião em que a pauta será a discussão das regiões metropolitanas. Portanto, todos os deputados de Londrina e também a deputada Cida Borghetti e Padre Paulo foram convocados para essa reunião, que acho de fundamental importância e demonstra o interesse e a preocupação da secretária Eleonora Fruet em discutirmos essa questão.

É com muito pesar e bastante entristecida que coloco aos companheiros e companheiras que na manhã de hoje faleceu na cidade do Rio de Janeiro, o Sr. Nelson Maculan, que seria o homenageado desta deputada e do deputado Barbosa Neto. Fizemos um projeto e daríamos ao Dr. Nelson Maculan um título de cidadão honorário. Evidentemente que essa homenagem será feita, mesmo póstuma, pela importância e pelo papel fundamental dessa grande pessoa e paranaense que dedicou parte da sua vida trabalhando pelos interesses do povo do Paraná.

O Sr. Nelson Maculan veio para o Paraná em 1938, residiu durante muitos anos em Londrina, foi um dos pioneiros e mais ardorosos trabalhadores por aquele município, também foi chefe do escritório e quem praticamente implantou o Instituto Brasileiro do Café em vários países

e também aqui no Brasil. Portanto, o IBC tem a marca e a referência do Dr. Nelson Maculan. Ele também presidiu em Londrina a Associação Rural, dando grande impulso durante a sua gestão, ao desenvolvimento agropecuário da região Norte do Paraná.

O Dr. Nelson Maculan foi também vereador pela cidade, deputado federal, senador da República, e sem dúvida um parlamentar que sempre apostou na ética, na lisura, no compromisso com a coisa pública, um homem destacado principalmente na área da agricultura e a sua contribuição foi fundamental para elaboração do Estatuto da Terra. Portanto, acho que o Paraná perde uma figura das mais eminentes.

Fizemos um requerimento hoje, com votos de pesar, que também será aprovado pela Casa e encaminhado à família, mas eu não poderia, de forma nenhuma, deixar de fazer esse lamentável registro do falecimento do Sr. Nelson Maculan, que seria, ainda este mês, homenageado nesta Casa com o título de Cidadão Honorário.

Lamento profundamente a morte do Sr. Nelson Maculan, porque o conhecia desde menina, era um amigo incondicional do meu pai, um grande companheiro de luta, um homem sincero, sensível às questões da democracia, e sua morte deixa mais pobre o Estado do Paraná; de homens públicos com a retidão, com a ética, com o compromisso com a justiça e com a verdade.

Quero manifestar este pesar, e sei que divido essa sensação de perda com muitos companheiros que igualmente o conheciam.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Deputada Elza, só gostaria rapidamente de externar, V. Exa. que tem conhecimento com a família, expresse também a nossa solidariedade e nosso sentimento de pesar. É uma notícia que nos surpreende agora, a morte do Sr. Nelson Maculan.

A senhora leve o meu pesar, em nome da Liderança do Governo e do deputado estadual Ângelo Vanhoni, porque a minha família era muito amiga também do Nelson Maculan.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Certamente faremos isso, e sinceramente, cada homem público de estirpe do compromisso do Sr. Nelson Maculan, que morre, neste momento em que vivemos tantas situações de ausência de compromissos e de ética, infelizmente, em nosso país. É uma perda irreparável.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Com a palavra, deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, uso a tribuna na Sessão de hoje para esclarecer mais alguns fatos que levantamos na Sessão de ontem.

Mesmo hoje, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Plauto Miró, quando fazia referência em



relação ao presídio em Piraquara, ou seja, a Penitenciária Central de Piraquara, que foi construída pelo Governo passado e inaugurada agora por este governo, que se intitula ao menos o autor da construção dessa penitenciária.

E assim, são inúmeros fatos, inúmeras obras que acontecem no Estado do Paraná.

Mas, o que lamento muito, deputado Pedro Ivo, V. Exa. que já foi prefeito em União da Vitória, e hoje deputado do Estado do Paraná, que quando o governo toma algumas medidas que venham em prejuízo ao desenvolvimento do nosso Estado.

Faço isso baseado na decisão do ato do governador quando cancelou e suspendeu a obra de diversas pequenas hidrelétricas no Estado do Paraná, deputado Ângelo Vanhoni, V. Exa. que é líder do Governo aqui na Assembleia Legislativa.

No mês de agosto, setembro, eu entrava aqui na Assembleia Legislativa com um requerimento que foi aprovado por unanimidade, pedindo o reinício da construção da pequena central hidrelétrica sobre o rio São Francisco, dos municípios de Ouro Verde do Oeste e do município de Toledo.

Ontem, fizemos uma menção em relação àquilo que está vinculado na imprensa no Estado do Paraná: que a Copel deveria importar a energia elétrica e possivelmente do país vizinho, da Argentina.

No início do mandato, nós falamos ontem e reafirmamos hoje: no atual governo, cancelaram os convênios, cancelaram os contratos, dizendo que o governo e a Copel eram auto-suficientes na questão energética do nosso Estado do Paraná.

Pois bem! Nós vivemos alguns dias de estiagem. O nível do reservatório de todas as hidrelétricas do Estado do Paraná que fornecem a energia elétrica para o nosso consumo e mesmo para exportar para outros Estados estão comprometidos, e vem a Copel, agora, dizer da necessidade da importação de energia elétrica.

Mas sinto e lamento e para que eu não venha a cometer nenhuma gafe, nenhuma injustiça, vou ler para os senhores a correspondência que recebi esta semana por parte da Casa Civil, do deputado Caíto Quintana, que nos responde o requerimento que firmamos e que apresentamos na Assembleia com relação à retomada da construção da hidrelétrica no Rio São Francisco, nos municípios de Toledo e Ouro Verde do Oeste. E o deputado Caíto Quintana apenas nos encaminha, dizendo o seguinte: “senhor deputado, encaminhamos a V. Exa. cópia do expediente de 16 de outubro da Secretaria de Estado do Meio Ambiente”.

E o que a Secretaria do Meio Ambiente encaminha, com data de 16 de outubro? Diz o seguinte: “em atendimento à vossa solicitação, encaminhamos os processos referentes à geração de energia para análise da Procuradoria Geral do Estado, conforme determinação do senhor governador”.

E o que a Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer nº 111/2003, informa, e o que ele diz? Diz o

seguinte: “o Estado do Paraná é superavitário em produção de energia elétrica, pois produz mais energia do que consome e ainda apresenta diversas alternativas de produção de insumo, escasso em outras regiões do nosso país. Desta forma, deve-se ponderar acerca da necessidade de construção de mais hidrelétricas nos nossos rios, gerando apenas lucro à iniciativa privada, em detrimento das nossas bacias hidrográficas, florestas, matas ciliares, paisagens naturais, enfim, os recursos naturais”.

É lógico que nós sabemos que qualquer construção de uma hidrelétrica vai causar impacto ambiental, vai alargar propriedades. E a Itaipu, que é a maior hidrelétrica do mundo, que está na nossa região, onde o município de Santa Helena perdeu mais de 30% da sua área de terra, em Marechal Cândido Rondon quase 20% das suas terras foram inundadas, mas é o preço do progresso, é o preço do desenvolvimento! Isso aconteceu ao longo do Rio Iguaçu, desde Curitiba até quase Foz do Iguaçu, onde cinco ou seis usinas foram construídas. Agora imaginem os senhores deputados o seguinte: se nós não podemos mais construir usinas hidrelétricas, porque ela vai alagar as propriedades, o que vai acontecer com o desenvolvimento do nosso Estado? O que vai acontecer com o desenvolvimento do País? De onde é que vamos tirar a fonte energética? De onde vamos produzir energia? E a energia hidráulica é a mais econômica, que não polui, que não afeta o meio ambiente e ela apenas alaga algumas propriedades de terra.

Muito bem! Não são palavras minhas, mas são palavras do procurador geral do Estado, que disse que o Estado do Paraná é auto-suficiente em energia, deputado Durval Amaral, e que não permita a construção de pequenas usinas hidrelétricas e essas pequenas usinas hidrelétricas dão exatamente o suporte para que os municípios onde estão estabelecidas essas pequenas centrais, possam ser auto-suficientes. Essa Pequena Central Hidrelétrica aqui no Rio São Francisco é energia suficiente para abastecer a cidade de Toledo, inclusive suficiente para abastecer o frigorífico da Sadia e está paralisada! A obra estava em andamento! O que vai acontecer com as empresas? O que vai acontecer com o Estado do Paraná?

E os jornais noticiam que o Paraná tem que importar energia e, por outro lado, vem o parecer da procuradoria dizendo que nós somos auto-suficientes, deputado Durval! Onde é que nós estamos? Em quem nós acreditamos? Ou será que não existe planejamento no Estado do Paraná?

Lembro-me muito bem e sou do Interior, como se dia um “pé vermelho”, mas aqui em Curitiba era comum enchentes no Rio Iguaçu, construímos o canal extravasor e acabaram-se com as enchentes na Região Metropolitana de Curitiba. Na época da construção, o ex-governador foi criticado, mas ninguém mais se lembra que não existe mais enchente! As pessoas que moravam, que residiam e que residem até hoje, não sofrem mais o problema dessa enchente. Tem o planejamento, sim, e ele tem que existir.

Deputado Stica, quando se construiu a Itaipu, o Brasil, era auto-suficiente em energia elétrica. Imaginem o que seria hoje o Brasil hoje, sem a Itaipu. O que é o Paraná? Temos que aproveitar essa potencialidade energética, que os rios oferecem para nós.

Espero que o governador do Estado do Paraná reveja a sua posição e retome imediatamente essas pequenas centrais hidrelétricas, porque o governo do Estado não vai gastar um centavo. São as iniciativas privadas e as empresas que fazem esses investimento.

Fica aqui o meu registro em relação às atitudes que o governo toma em relação à proibição das pequenas centrais hidrelétricas, onde diz que tem energia suficiente, e por outro lado, fomos tomados de surpresa, quando o governo do Estado, através da Copel, diz que tem que importar energia elétrica de outros países, para suprir a necessidade da demanda do nosso Estado.

Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A pedido do deputado Durval Amaral, o Grande Expediente de hoje será concedido a Sra. Lucélia Seco, diretora da Faculdade Dom Bosco.

#### A SRA. LUCÉLIA SECO

Boa-tarde a todos.

O Grupo Educacional Dom Bosco agradece o presidente Natalio Stica, ao deputado Durval Amaral, que requereu o espaço para o uso da Tribuna deste plenário, ao presidente da Comissão de Educação, deputado Tadeu Veneri, ao presidente da Comissão de Segurança, deputado Mário Sérgio Bradock, aos demais deputados, caríssimas deputadas, imprensa e convidados presentes.

Faço uso da tribuna deste plenário, para apresentar o Seminário Nacional Desafios da Escola, Violência e Drogas, que o Grupo Educacional Dom Bosco e a Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura promoverão na próxima segunda-feira, dez de novembro, em Curitiba, no Teatro Fernanda Montenegro. Naturalmente, que o tema por si só se configura em um desafio, não só para a escola, mas para a sociedade como um todo.

Temos acompanhado inúmeros registros, na imprensa, sobre os crimes cometidos, crianças e jovens, geralmente, viciados em drogas, contra membros das famílias, amigos e aproximados. É o rapaz que depois do consumo de drogas matou a avó. A adolescente que envenenou o pai, porque esse não queria permitir que ela namorasse, com outro jovem também drogado. Outro jovem paulista que matou a mãe, porque queria mais dinheiro para comprar drogas. O pai que mata filho, por não permitir que este venda a televisão de casa, para comprar cocaína. Jovens, às vezes crianças de todas as classes, estudantes, muitas vezes até universitários, muitos que vivem de mesada dos pais e que não sabem ainda o que é o trabalho diário, de oito horas, para o sustento da família.

A educação escolar por si só não forma a escola da vida, mas tem um papel muito importante. Ao enfrentar os bancos escolares, hábitos como respeito ao outro, capacidade de compreensão e entendimento, a consciência de que o seu direito termina, quando começa o do outro, estão sendo exercitados no seio da família.

Abrahão Lincoln, um dos maiores presidentes dos Estados Unidos, tinha uma sabedoria invejável e disse: Eduque as crianças hoje e não será necessário punir o adulto amanhã. A sociedade atual, porém, tem se mostrado incapaz de conseguir essa educação, assentada em uma verdadeira escala de valores, capaz de conduzir todos esses temas de forma adequada. Droga e violência são conseqüência e, portanto, cabe a nós, pais e educadores, trabalharmos as causas. Algumas famílias se vêem vencidas pelos filhos e não raras às vezes nos chegamos como professores e ouvimos: Não sei mais o que fazer com o meu filho. Às vezes esse filho tem doze, quinze anos e o pai se sente vencido.

Não existe um dia e um horário, para se tornar um viciado. Não existe um dia e um horário marcado, para se tornar um delinquente. Este é um processo em longo prazo. Muitas vezes deixamos de agir no momento certo e aceitamos as pequenas violações de regras dos nossos filhos no dia-a-dia. Quando jovens se acostumaram a burlar as pequenas regras. Não aprenderam a viver os pequenos fracassos e as pequenas frustrações. Com isso acabamos nos deparando com cenas que nos assustam. Pessoas incapazes de controlar a sua ira, em um simples acidente de trânsito. Muitas vezes vemos nos noticiários cenas que nos assustam, como sujeitos que sacam de uma arma e atiram em outro porque o seu carro foi fechado! Crimes, cujos motivos não se relacionam à fome, nem à miséria e ao desemprego. Muitas vezes a falta de controle, a falta de criação de uma verdadeira escala de valores. Vivemos um mundo em que a disputa acirrada pelas coisas é que faz valer. Nós não temos mais tempo. Tudo é muito rápido. Tudo é urgente. Tudo é necessário. Nós lutamos pelo mercado de trabalho, lutamos por uma vaga, lutamos por um lugar na fila, lutamos por se conseguir qualquer coisa que antes um ser humano era capaz de esperar, compreender e compreender o outro. A verdade é que hoje nós sonhamos muito rápido e sonhamos com coisas, sonhamos em ter, construímos os sonhos dos nossos filhos e jovens muitas vezes no ter e não no ser.

Frei Beto disse recentemente - "Na minha época os jovens eram viciados em utopia - hoje são viciados em drogas".

A família tem um papel fundamental nisso - Alguém já disse que o jovem busca o exemplo dos pais. Se transmitirmos aos nossos filhos valores importantes, mais do que o dinheiro, valores como honestidade e solidariedade, por exemplo, ainda que toda a sociedade o contrarie, ele não se deixará corromper. É necessário rever os nossos conceitos de educação. Existe um amplo consenso da importância que tem a educação e aí, leia-se a escola, o sistema de ensino - como fator crucial que

determina a capacidade das pessoas para ajustarem-se às exigências que nos são impostas no paradigma de viver na era do conhecimento. Entre outras coisas afirma-se que uma das chaves para enfrentar as exigências dos processos sócio-econômicos orientados pela globalização, pela competitividade, pelo confronto de valores, assenta-se na capacidade que têm os membros de uma sociedade de discernir, de ponderar e interpretar a complexa rede de informações que se caracterizam pelo mundo contemporâneo.

Ao lado da importância que se configura a educação como esse fator condicionante dos processos de inserção do indivíduo na sociedade, ela também participa com um rol fundamental no exercício da cidadania, pois como outras instituições o sistema escolar constitui um dos agentes de socialização que contribui para a formação e para o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. Entretanto, nós sofremos igualmente um contínuo confronto, uma vez que observamos o divórcio entre os valores que nos são atribuídos dentro do sistema escolar e a incidência do que de fato conseguimos conviver. É consenso que a escola, como um dos agentes educativos tem um papel fundamental, mas, por outro lado, nos perguntamos: Que contribuição real podemos observar? Muitos dos que matam, muitos do que se drogam são crianças que passaram pelos bancos escolares. Que resultado o sistema escolar tem produzido? Que escola estamos escolhendo para nossos filhos? Que papel temos como co-participantes desse processo? Por que vemos, dia-a-dia o aumento da violência e o consumo das drogas? Que resultado é esse que a escola alcança? Que política é essa da educação?

Esses condicionantes supõem que, no momento de julgar o sistema escolar, é importante que pensemos dentro de um marco mais amplo: - todos educamos! É preciso assumir que a escola é apenas um dos agentes. Informação não é o único componente da educação mas é, com certeza, aquele que poderá nos conduzir à construção de uma verdadeira escala de valores. É preciso assumir que necessitamos de uma força tarefa de todos os segmentos da sociedade para obtermos êxito, é preciso que os pais aprendam como se captam os conceitos de desenvolvimento moral, valores e agentes morais e como eles se ampliam no âmbito da vida familiar, escolar e social para que possam aplicá-los com seus filhos.

Temos procurado olhar quais são os projetos bem sucedidos e esses são aqueles que estão voltados à educação dos filhos, mas também dos pais. De nada adianta a criança conviver com seus professores e ao chegar em casa não puder ser reforçada naquilo que foi tratado na escola. Que valores são estes então que a sociedade carece hoje? É preciso levar a criança a compreender, a desenvolver valores na área de desenvolvimento moral, da autonomia, da tolerância, da intencionalidade, do respeito às regras, do respeito à autoridade, da frustração, dos conceitos de Justiça, do valor como qualidade estrutural, da polaridade e da hierarquia.

Sou fruto de uma educação de escola pública a quem devo muito, muitíssimo do que sou hoje. Estudei no Colégio Estadual Lisymaco Ferreira da Costa, cuja diretora à época, era a professora Glauro Vilanova. Lá me formei na Escola Normal, e não raras as vezes ouvimos nas suas palestras: “Uma criança se educa 30 anos antes dela nascer. E ela esclarecia: “Essa criança será fruto da educação dos seus pais e dos pais dos seus pais. Eles terão influência definitiva sobre o que ela poderá ser”. Portanto, se nós pretendemos, pelo menos encaminhar, senão resolver, as questões da droga, as questões da violência, é preciso que eduquemos hoje, preparemos hoje, porque uma criança é educada 30 anos dela nascer.

Por esse motivo é que estamos aqui, para pedir a cada um dos senhores deputados, das senhoras deputadas, o apoio para este evento. Enquanto escola, estamos conscientes que temos um papel, mas estamos conscientes que poderemos contar com o apoio de todos os organismos da sociedade para que possamos definitivamente promover a educação, para que possamos definitivamente dar a grande virada nos projetos. Não apenas colocando as crianças para realizar atividades.

É importante, sim, o momento que elas passam dentro da escola e não estão expostas à possibilidade de droga e a possibilidade da violência. Entretanto, é preciso também dar esperança. É preciso que ela volte. É preciso que a sociedade compreenda a necessidade de se novamente assumir a família como a grande célula promotora de mudanças. Quando pais e mães puderem novamente terem seus filhos aos braços e não apenas lhe prometerem passeios e coisas, mas lhe prometer afeto e carinho, lhe prometer sabedoria, lhe prometer a escola da vida! Aí, sim, teremos reformado a sociedade e voltaremos a não ser reféns. Poderemos fazer uso dos vidros dos nossos carros e não andarmos totalmente fechados. Muitas vezes nossos filhos presos nos shoppings, presos nos pequenos parques, porque não temos a segurança necessária para levá-los caminhar e conhecer a sociedade, a cidade, o bairro e muitas vezes até a sua rua.

O Seminário Nacional Desafios da Escola é um ponto de partida. O grupo Dom Bosco, em parceria com a Unesco, tem a finalidade de promover um grande fórum de debate para que todos participem. Não é um evento para professores. É um evento para todos aqueles que acreditam na educação como a mola que poderá impulsionar a modificação do sistema vigente.

No encontro, representantes da Unesco apresentarão pesquisas detalhadas sobre o estudo das escolas. Escolas inovadoras, experiências bem sucedidas em escolas públicas. O que nós conseguimos de fato produzir, nós pretendemos semear as boas experiências para que outros possam fazer uso delas. Essas experiências foram captadas em 14 capitais brasileiras sob a coordenação das pesquisadoras Miriam e Maria. O estudo revela que, mesmo em condições de precariedade, a educação está no Brasil a práticas e soluções e respostas inesperadas nas

situações mais críticas, distante da história que reproduz o fracasso da cultura da paz.

Por esse motivo, as experiências foram denominadas inovadoras. Pessoas que conseguiram fazer, pessoas capazes de fazer, pessoas que conseguiram transformar a idéia em realidade.

Em comemoração aos seus 40 anos de fundação, o Dom Bosco traz a Curitiba esse evento, com o objetivo de reafirmar perante a sociedade o seu compromisso em formar cidadão, cumprir o seu papel de responsabilidade social. Sabemos que atendemos um pequeno grupo de cidadãos curitibanos, mas sabemos que temos uma imensa influência, porque cada um deles levará para suas casas tudo de melhor que pudermos ter realizado. Quatro valores constituem o nosso lema: seriedade, competência, consciência e dedicação. Acredito que compartilho com os valores desta Casa também. neste sentido gostaríamos de convidar a todos e cada um dos senhores deputados e das senhoras deputadas, convidados e imprensa, possam motivar alguém para estar presente, para participar, para trazer a sua contribuição, para que possamos de fato agirmos como educadores no papel que cabe a todos nós.

E para finalizar, quero mais uma vez agradecer a todos por este espaço, pela atenção que me foi concedida, e dizer que o Dom Bosco se orgulha de participar há 40 anos da construção de felizes cidadãos do mundo. E estamos abertos para receber todas as propostas, todas as visitas, todas as idéias e também, para compartilharmos junto àqueles que desejam transformar a educação no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Concedo a palavra ao deputado Durval Amaral, para que proceda os agradecimentos à professora Lucélia.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Queremos agradecer à professora Lucélia, ao Instituto Dom Bosco por este seminário que, efetivamente, combate à violência e as drogas nas nossas escolas, porque vemos uma instituição particular se preocupando com a sociedade, principalmente no combate implacável às drogas e à violência, podemos seguramente dizer que a instituição cumpre o seu papel social na sociedade. Então, a Assembleia Legislativa fica honrada de poder ter aberto este espaço para que todos nós, parlamentares e assessores, possam ter conhecimento desse Seminário promovido pelo Dom Bosco e pela Unesco na nossa Capital.

Muito obrigado à professora e a todos da instituição aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PL, com a palavra o deputado Pastor Edson Praczyk.

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK**

Senhor presidente, senhores deputados.

Subo a esta tribuna, neste momento, com o sentimento de desapontamento, de indignação a respeito de um evento que está acontecendo em Curitiba, muita esperado pela comunidade ligada à informática, que é Conferência Internacional do Software Livre no Brasil. É um evento, como disse e volto a frisar, que toda a comunidade principalmente ligada ao Software Livre vem aguardando já de longa data. E é uma honra para a cidade, para o Estado e para o País que vem sediar um evento dessa envergadura, mas, apesar do evento ser tão importante, a minha indignação se refere ao fato da coordenação desse evento, ligado ao governo Requião, ter cometido uma gafe que é inadmissível para aqueles que fazem parte da comunidade que defende o Software Livre. Esse evento começou hoje e vai até o dia 07 e está sendo realizado no Centro de Treinamento Brasil Telecom, contando, inclusive, com a presença de figuras extraordinárias do Mundo Linux - entre eles Richard Staalman, que foi o precursor do Guinolinux; John Mackgdog - que faz parte também da comunidade Software Livre - ele é presidente do Linux Internacional.

E por que essa indignação? Porque o governo do Estado, representado pelo secretário Nizan e pelo Mazoni da Celepar, ao organizar este evento, cometeram o equívoco de abrir o patrocínio para duas mega empresas multinacionais de softwares proprietários, que é a Oracle e a Microsoft. A Oracle é a maior detentora do banco de dados mais respeitado do mercado. Mas, volto a repetir, é uma empresa proprietária. E a Microsoft todo mundo sabe, é a empresa que domina o mercado de softwares proprietários no mundo.

Ontem estávamos acompanhando uma entrevista com o presidente da Celepar, pela TV Educativa que alguns, até ironicamente, estão chamando de TV Requião, devido ele estar usando tão constantemente o espaço da TV Educativa para apresentar o que ele está fazendo pelo Estado. Mas esse é um outro assunto que não vem ao caso. E perguntaram o porquê abriu-se essa oportunidade para a Microsoft e a Oracle patrocinarem esse evento do Software Livre. Ele engasgou no seu pronunciamento e acabou não respondendo nada que viesse a ser convincente.

Para os parlamentares que não entendem profundamente do assunto, da matéria, seria mais ou menos, deputado Ângelo Vanhoni, como se o PFL patrocinasse a Convenção do PT. No mínimo seria estranho, é impossível, em sã consciência, acredito que nenhum petista viesse a concordar com essa situação. Ou se o PMDB, viesse a fazer um evento, uma convocação de natureza política e também fosse patrocinado pelo PFL, exatamente o que está acontecendo com o Software Livre. Não pelo fato de serem de empresas de software proprietário, mas pelo fato de nem a Oracle, nem a Microsoft ter nunca, jamais, em tempo algum, ter contribuído para o desenvolvimento do Software Livre.

Pelo contrário, tenho participado de debates, entre representantes da Microsoft e de outras empresas de Software proprietários com representantes da Comunidade Linux e todos eles, esses debates, se vê a briga, literalmente falando, a rivalidade que existe das empresas de Software proprietário, principalmente hoje quando se percebe que o mundo Linux tem ganho mercado dos Software.

Então quero deixar registrado nos Anais desta Casa a minha indignação, meu desapontamento a toda essa organização, encabeçada pelo secretariado do governo Roberto Requião, que infelizmente não atentaram para essa gafe, que era o que essa empresa de Software proprietário mais queriam, que era justamente aparecer em cena, aparecer como tendo a oportunidade de financiar um evento de Software Livre.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Gostaria de V. Exa. explicasse. Nós não entendemos direito o seu questionamento.

#### **(vozes paralelas)**

Na prática o senhor está dizendo o seguinte, que é um software livre no mundo, e sobretudo, aqui nas atividades patrocinadas aqui pelo Governo do Estado, estão sendo financiadas pela Microsoft de Bill Gates, que tem um sistema proprietário.

#### **O SR. PASTOR EDSON PRACZYK**

Sim! Inclusive tenho aqui um folder, que tem aqui um emblema do governo do Estado do Paraná, da Celepar, como sendo os que estão encabeçando esse evento. Algumas empresas relacionadas a software livres aberto, dentre eles a Conectiva, a Faculdade ESEEI que há dezoito anos está no mercado de Software livre. E aqui o maior patrocínio, patrocínio Gold, que em inglês é ouro, a Oracle e a Microsoft com letras garrafais, duas empresas proprietárias. Nada contra as empresas propriamente dito. Eu por exemplo, sou usuário do software livre, mas tenho no meu gabinete uma máquina que roda com software proprietário, até por conveniência, por necessidade, para ser uma referência para o Estado.

Agora o evento do Software Livre ser financiado, patrocinado por essas duas empresas que nunca contribuíram com o Software Livre é no mínimo burrice, que era o que eles queriam para aparecer em cena como bom samaritano de última hora, para dizer - olha, o Software Livre, se fosse bom, não estaria pedindo a nossa ajuda.

Foi por isso que fiz essa comparação política e tanto o senhor quanto a deputada Elza, quando eu fiz esse comparativo do PFL patrocinar um evento do PT ou do PMDB e ambos torceram o nariz, porque no mínimo é impossível.

Também no Software Livre o comportamento é o mesmo.

#### **O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Horário destinado ao PSL, deputado Luiz Carlos Martins.

#### **O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, 10 meses, exatamente 10 meses e, até agora o pedágio não acabou, até agora o pedágio não abaixou.

Acho que é importante fazer essa lembrança, e outros deputados têm feito também, porque houve um compromisso público durante a campanha para o governo do Estado. Um compromisso público na televisão, no rádio e nos palanques. Agora, nós estamos ouvindo que o pedágio vai ter um aumento e, ao mesmo tempo, o governo vem e garante que não vai ter aumento. Por força de contrato, haverá o aumento. Se há dez meses atrás o governo dizia que ia acabar com o pedágio ou abaixar com o pedágio. Ele acaba ou ele abaixa e, agora o governo vem e diz que o pedágio não vai ter aumento. Realmente é bastante preocupante.

Bastante preocupante também é com relação à Luz Fraterna. O governo continua cortando a luz de pessoas que não conseguem pagar 11 reais, 12 reais. Essas pessoas estão nos procurando, estão vindo na Assembléia, no meu caso, estão indo na rádio.

O que dizer a essas pessoas?

Outra questão - Uma senhora paralítica no Bairro Alto morando sozinha, os ladrões entraram e levaram os pratos, os garfos, as panelas e na hora que eles saíram, que eram em três, disseram para ela: - a senhora se prepare que nós vamos vir buscar o fogão.

Aí uma vizinha dela ficou sabendo logo após o ocorrido. O que a vizinha fez? Procurou o Regimento Coronel Dulcídio que é próximo ali. O pessoal do Regimento Coronel Dulcídio, da cavalaria muito educado falou: Não podemos atender. A senhora liga para o 190.

Ela ligou para o 190. Daí o 190 mandou ligar para o 147. O 147 mandou ligar para o 5º Distrito. O pessoal do 5º Distrito disse para ela: Faça um levantamento de tudo que foi levado, aí nós vamos ver o que podemos fazer.

É claro que o governador Roberto Requião não sabe disso. Se nós não denunciarmos aqui, ele não vai ficar sabendo, então é bastante grave e preocupante.

Estou falando de um caso e são vários casos. E ao mesmo tempo, é preocupante aquele 190. Todos aqui não concordamos, inclusive os deputados que apoiam o governo, aqueles policiais atendendo o 190. São policiais que receberam formação para ir para rua, para combater ao crime. E eles estão ali, atendendo o 190, com carência de gente!

Ali é para terem deficientes físicos preparados para atender o 190. É uma sugestão que estamos dando ao governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Com a palavra, no horário do PPS, deputado Ratinho Júnior.

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de agradecer imensamente o apoio que tivemos de todos os deputados e deputadas, em favor do nosso projeto de desarmamento.

Quero convidar a todos, para hoje, às 16h00, onde o nosso projeto será sancionado pelo governador Roberto Requião. Sabemos da importância deste ato no Estado do Paraná. Também sabemos o quanto é difícil aprovar um projeto de lei nesta Casa, pela discussão, pelo debate e, principalmente por ser um projeto tão polêmico.

Também deixar claro que o nosso projeto não é um projeto de desarmamento para desarmar o cidadão de bem. Não é para desarmar um cidadão que tem uma arma legal. É para desarmar o bandido.

É um projeto muito simples. Vamos valorizar a instituição principal, que é a instituição chamada gente, é o policial. Não adianta nada o policial ter armas de qualidade, carros bons, se ele que sai às ruas para proteger a sociedade não estiver sendo valorizado.

Fico feliz porque o Paraná sai na frente em todo o país. Sai na frente de toda essa campanha do desarmamento.

Agradeço também o governador do Estado por, desde o começo, ter nos apoiado e ter sido favorável a este projeto.

Venho aqui agradecer todas as deputadas e os deputados pelo apoio. Já falei várias vezes, mas vou falar novamente: a Assembleia Legislativa nada mais é que a caixa de ressonância da vontade do povo. Temos que fazer projetos que venham ao encontro de a vontade do povo.

Não tenho dúvidas, esse é um projeto simples, mas muito eficiente, e que vai ajudar muito o secretário da Segurança do Estado do Paraná no combate à violência, porque não queremos mais ver balas perdidas, gangues brigando e mortes acontecendo como se fossem matando formigas.

Agradeço do fundo do coração todos vocês e peço que vão na sanção do projeto e nos prestigiar neste momento tão importante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Próximos horários destinados ao PSB, PTB, PP.

**(Declinam)**

No horário do PFL, com a palavra o deputado Durval Amaral.

**O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)**

Gostaria de solicitar a esta presidência, até para que os oradores que ocupam a tribuna tenham mais condições de poder ouvir os seus discursos, um retorno, uma

caixa de som, para que se tenha mais atenção naquilo que se está falando. Nós que somos comunicadores ou aqueles todos que fazem comícios, sabem que sem o retorno fica difícil até prestarmos atenção no que estamos dizendo.

Está endossando o deputado Ratinho Júnior e também o deputado Jocelito Canto, este nosso pedido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Vou pedir para o serviço de som ver o que é possível, mas me parece que o som está a contento. O que tem, às vezes, é muita conversa, e isso é que complica.

Agradecemos o seu comunicado.

Por cinco minutos, com a palavra o deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu ouvia atentamente o pronunciamento do deputado Luiz Carlos Martins, preocupado ele com uma promessa de campanha que afirmava: “ou o pedágio acaba, ou o pedágio baixa”! Eu mesmo, meditando, após ouvir o pronunciamento oficial do Governo sobre esse assunto, cheguei a uma conclusão e fiquei triste, porque antes o discurso era: “o pedágio acaba”; depois o discurso era: “o pedágio baixa”; e agora, o discurso é: “o pedágio não vai aumentar em dezembro!” E como ficamos todos nós, cidadãos paranaenses?

Discutimos à exaustão aqui, no primeiro semestre, como uma medida única, exclusiva e de desespero de que a encampação tinha que ser votada em qualquer situação no mês de junho e a Oposição alertava que a encampação tinha que necessariamente ser precedida por uma sindicância, por um processo administrativo e que esse processo administrativo ao final poderia chegar à conclusão da encampação. E nós estamos vendo: antes acabava, depois baixava e agora a preocupação do governo é de não permitir o aumento previsto para o mês de dezembro. É um verdadeiro “samba do crioulo doido”, mas “assim caminha a humanidade”!

Estamos vendo mais, por exemplo, ontem, o jornal da noite da Rede Globo trouxe uma matéria sobre o Centro de Triagem inaugurado em Curitiba. Uma obra fantástica, modelo para o Brasil, exaltada pelo Jornal da Globo. Também quero cumprimentar o Jornal da Globo e cumprimentar o Governo do Estado do Paraná por colocar em funcionamento o Centro de Triagem.

Agora, causou-me espécie e espanto o pronunciamento do secretário da Segurança Pública antes de ontem, no jornal da Rede Globo às 19h00, onde ele dizia assim: “em tempo recorde, em menos de um mês nós colocamos o Centro de Triagem para funcionar!” Fiquei pensando: espere aí, essa é uma obra feita pelo Governo passado, um presídio de segurança máxima para abrigar quatrocentos e cinquenta pessoas”.

Que o governo queira discricionariamente transformá-lo em Centro de Triagem, não há problema algum, porque o administrador público tem não só o dever, mas a obrigação de equacionar o espaço público para melhor atender a demanda da sociedade e se neste momento desafogar as delegacias de Curitiba com um Centro de Triagem é o mais apropriado, sem nenhuma crítica, mas dizer que demorou um mês! Estamos no mês de novembro, esse espaço está pronto desde o ano passado! Que a obra fique sendo deste Governo, não há críticas, mas só para reflexão de quais não são as grandes obras deste governo.

Vejam só: o novo museu que está funcionando, e muito bem, também mudou de nome: mudou de Novo Museu para Museu Oscar Niemeyer; a Penitenciária de Segurança Máxima também agora passou a ser o Centro de Triagem, também mudou de nome; o Parque da Ciência, para Oscar Freire, ou algo semelhante assim.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Durval Amaral, V. Exa. vai continuar discorrendo, mas me chamou a atenção algumas das suas ponderações a respeito do Governo.

Acho que a Oposição está sem fundamento para estabelecer qualquer crítica ao Governo do Estado do Paraná. Vejam, senhores deputados, falaram do pedágio. O governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, não vai permitir o aumento do pedágio. O senhor pode ficar tranqüilo.

Sei que o senhor como contribuinte e como um homem que interpreta os anseios do povo do Paraná, o senhor vai defender o governador Roberto Requião. O senhor também não quer o aumento do pedágio. Não acredito que o senhor e a Oposição, o deputado Luiz Carlos Martins também, estejam do lado contrário do povo e ao lado dos empresários do pedágio, porque aconteceu algo ruim no passado e o senhor lembra disso.

O governo passado determinou o corte de 50% e depois numa situação meio camuflada para ganhar a eleição resolveu reajustar o preço. A população paranaense não esquece isso.

O Requião, o governo do PMDB, o nosso governo sabe que a população paranaense quer e deseja que o preço do pedágio seja revisto no Estado.

Então, duas coisas vão acontecer no estado do Paraná, pode não ter acontecido no mês de janeiro, no mês de fevereiro, de julho, agosto, outubro e nem até o dia 10 de novembro. Mas, o deputado Luiz Carlos Martins como é um homem que sabe o que o povo deseja, pode levar a boa nova na Rádio. Pode dizer o seguinte: o pedágio vai baixar o preço. Vai baixar o preço porque o governo do Estado do Paraná está terminando as auditorias, que indicam que o pedágio ou vai baixar ou as empresas concessionárias serão encampadas pelo Governo.

Esse processo, não tenha dúvida, vai acontecer.

Mais ainda: V. Exa. não está com ciúmes porque o governo do Roberto Requião está inaugurando, está mudando o nome da Penitenciária para Centro de Triagem? A oposição não tem isso? O governo pode realmente mudar o nome?

É porque eu senti uma certa ironia, como se dissesse assim: “Puxa, o governador Roberto Requião não pode fazer isso porque essa obra foi o nosso governo que iniciou. Nós gostaríamos que ficasse a marca do governo do Jaime Lerner”.

Não quero sentir que a Oposição esteja com um certo despeito, um certo ciúme. Porque o governador está agindo corretamente, está transformando num Centro de Triagem, de acordo com a logística e com o pensamento que tem para o sistema penitenciário e vai, a partir de agora, construir novas penitenciárias no Estado do Paraná.

V. Exa., na realidade, está elogiando o trabalho do Governo do Estado. E a troca do nome do museu, cá entre nós, entre “Novo Museu” e fazer uma homenagem ao maior arquiteto do Brasil e seguramente um dos maiores do mundo, como o Oscar Niemeyer, tenho certeza que V. Exa. também não está fazendo nenhuma ironia tentando desprestigiar o arquiteto Oscar Niemeyer porque o novo museu é uma grande peça de arquitetura e beleza. É museu de si mesmo! É arte! Não há quadro que tenha envergadura de trazer mais fama ao museu do que o próprio museu. A obra do Oscar Niemeyer aqui em Curitiba, este olho, é algo assim fantástico!

Então, o Roberto Requião tem toda razão em rebater o Novo Museu e fazer uma homenagem justa a esse arquiteto.

Era esse o breve aparte, não entenda isso como uma polêmica, mas apenas como uma contribuição à sua intervenção.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do nobre líder do Governo, porque nós não discordamos absolutamente em nada.

Estamos falando das obras que estão sendo renomeadas, rebatizadas, reinauguradas pelo governo Roberto Requião, porque me parece que essas obras eram do governo passado.

Mas aqui não vai nenhuma crítica, até porque, deputado Ângelo Vanhoni, este governo não tem obras para inaugurar. Já se passaram onze meses!

Então, temos que realmente louvar, como louvei aqui a questão do Centro de Triagem. Essa é uma obra que pouco importa se fez este ou aquele outro governo, mas é uma obra que tem que ser potencializada de acordo com a demanda atual da sociedade, que é efetivamente esvaziar as delegacias de Curitiba. Agora, fiz, sim, aí, uma pequena crítica ao senhor secretário da Segurança Pública, que vai falar que em tempo recorde, um mês.

Pelo amor de Deus! Nós estamos no 11º mês do governo, e isto, sem dúvida alguma chama atenção, por-

que nem o governador e nenhuma pessoa de bom senso vai querer se apropriar da obra feita pelo governo passado. Mas, todos nós temos que louvar quando o governo atual aproveita com competência as obras feitas.

E vai aqui uma pequena crítica, talvez aí com um tom um pouco mais de alegria, ao vermos efetivamente que o governo prometeu realmente acabar com o pedágio, prometeu diminuir o pedágio e hoje está se contentando apenas e tão somente em não permitir o aumento. E olha, pasmem os senhores e lanço aqui um desafio, deputado Marcos Isfer: o Governo do Paraná não vai optar pela encampação do pedágio. E por que não vai?

Porque para encampá-lo precisa a sindicância. O governo poderia dispensar a sindicância, mas iria direto para o processo administrativo.

### **(Passa a fazer uso do Horário da Liderança da Oposição)**

Concedo um aparte ao deputado Barbosa Neto.

#### **O Sr. Barbosa Neto**

Só gostaria de fazer uma correção e um lembrete ao mesmo tempo, que ficou claro aqui que o Governo disse que aceitaria reduzir o pedágio, e não foi essa a promessa e o compromisso do governador durante a campanha e inclusive as emissoras de rádio do Interior do Estado, quando nós vamos em visitas e entrevistas, eles soltam vinhetas lembrando que ele disse: no segundo dia no Palácio Iguazu eu acabo com o pedágio.

Isso tem que ficar claro e o próprio deputado Jocelito Canto trouxe aqui uma gravação que foi reproduzida do tempo da campanha. Então, não é a promessa de campanha o compromisso do governador reduzir o pedágio e, sim, acabar. No segundo dia, ele disse que acabaria com o pedágio.

#### **O SR. DURVAL AMARAL**

Agradeço o seu aparte deputado Barbosa.

Sei que a sua colocação, deputado Ângelo Vanhoni, é muito mais para enriquecer o debate, quando educadamente coloca uma dúvida sobre o discurso da Oposição. Ora, a Oposição aqui, no mês de junho, foi enfática, e até usando de um expediente regimental, aprovou um pedido de votação nominal, onde a Oposição apresentou uma Emenda para pôr fim ao pedágio no Paraná.

E, com constrangimento - sei disso - V. Exa. e os deputados da Base do Governo tiveram que votar contra aquilo que era promessa do Governo. Aliás, recordo-me bem dos cartazes, dos adesivos do "Xô pedágio", ou fora o pedágio no Paraná. E efetivamente a Oposição com o intuito de colaborar com o governador, apresentou uma emenda propondo que uma vez existindo a encampação, ficaria proibida a cobrança do pedágio o que, em última instância significaria o fim do pedágio no Paraná. Não foi a Oposição que rejeitou essa emenda, mas nós sabemos

entender, muitas vezes, a contradição de ser Oposição e de, no momento seguinte, ser Governo, porque com esta contradição nós da Oposição também vivemos. Então, também somos entendedores desse aspecto.

Mas, é inquestionável e aqui lanço o desafio: o Governo do Paraná não vai encampar o pedágio. Talvez tome outra decisão, que seja talvez até mais sábia, talvez até mais inteligente, porque parece-me que houve um pouco de precipitação quando da votação da encampação. Aliás, nós estávamos aqui votando a encampação e V. Exa. e muitos outros deputados sensatos e competentes, que são todos os nobres deputados desta Casa, ficaram todos perplexos diante da intervenção que o governador acabava de decretar, movido por um impulso. E em menos de vinte e quatro horas depois da intervenção decretada, ele simplesmente dizia que não haveria mais intervenção no Paraná. A que conclusão pode chegar um simples mortal investido em um mandato de deputado? Nesse assunto eles estão literalmente perdidos. Por que eu ousou dizer que não haverá encampação? Porque isso seria a própria desmoralização do governo, se ao final da auditoria vier com aquilo que é óbvio que deveria ter acontecido no dia 1º de janeiro. Senão a sindicância direta um processo administrativo, com amplo direito de defesa, com estabelecimento do contraditório. Ao final do processo administrativo, sim, talvez, quem sabe, a encampação. Nenhum de nós tenha a ilusão de que essa auditoria, ao final concluída pela encampação deverá dispensar o processo administrativo, que por si só demorará mais de um ano. Teremos passado o próximo ano, entretanto quase no último e derradeiro ano do governo Roberto Requião. Não queremos nem a desmoralização do governo e muito menos do governador. Mas como Oposição, temos que lembrar, que não basta somente a promessa que o pedágio iria acabar, que não basta a promessa que iria baixar e nem tampouco esse discurso, no meu entendimento, oportunista agora, que não vão deixar aumentar o pedágio.

Eu quero fazer mais um esclarecimento à população, deputado Elio Rusch, para ficar gravado nos Anais desta Casa, porque a sociedade tem que ser alertada. O que o governo vai fazer é jogar esse impasse e essa demanda, nas costas do Poder Judiciário, porque a Assembléia autorizou a encampação, o governador tomou a decisão ou de baixar ou de acabar ou, enfim, o que possa lhe ser mais conveniente e juridicamente possível. Vamos ficar todos satisfeitos; a Oposição não. A Assembléia cumpriu o seu papel - deputado Elio Rusch, votou a encampação. O governo do Paraná tentou acabar com o pedágio neste Estado. Infelizmente, os homens de saia, o Poder Judiciário, não permitiram o fim do pedágio, mas eu tentei. Essa desculpa não vai servir. Estamos alertando, hoje, aqui, salvo engano no dia cinco de novembro. Alertamos lá atrás.

Não nos venhamos depois dizer que a culpa é do magistrado, do Poder Judiciário, do poder econômico, nem que parlamentar, aqui, ficou defendendo interesse de



empresários. Não vamos partir para esse lado, porque a sociedade não vai atender e todos nós, políticos, parlamentares, cidadão deste Estado, que detêm em mandato, cairemos no descrédito por uma promessa impossível de ser cumprida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próximo horário destinado ao PSDB; PDT; PT.

Usará da palavra, o deputado da região Oeste contra os transgênicos, Elton Welter.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Usamos a tribuna, em nome da liderança do PT, para saudar de modo especial o dia de hoje, do técnico agrícola, no qual me orgulho, porque sou também, formado na especialidade de psicicultura. Formei-me na cidade de Toledo.

Justo neste dia estamos protocolando nesta Casa de Leis, um projeto instituindo o Dia do Técnico Agrícola, que é o dia cinco de novembro, que é a data de hoje.

Meus parabéns a todos os técnicos agrícolas, em nome do Gilmar Clavisso, que preside o Sidicato dos Técnicos Agrícolas. Eu saúdo todos os técnicos agrícolas, que estão aqui acompanhando, hoje, esta Sessão.

Senhor presidente, senhores deputados, tive uma informação noticiada no Jornal da Globo, do meio-dia, onde o Rio Grande do Sul também passa a exigir a certificação dos seus caminhões. O Paraná dá o exemplo. Ontem, ouvimos, aqui, que Santa Catarina ia dar o Título de Cidadão Honorário para o governador. Talvez, vá ter que dar mesmo, porque estamos dando o exemplo e fomos os primeiros. Agora, o Rio Grande do Sul segue o exemplo no sentido de certificar os caminhões, identificando que se tiver transgênico vai ter que voltar para o lugar de origem. Essa é uma questão que deverá ter sido exigida há mais tempo e o Paraná serviu de exemplo, serve de modelo ao País e outros Estados, como São Paulo, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Também naquela Assembléia o deputado estadual Pedro Teruel, já também protocolou projeto semelhante proibindo os transgênicos naquele Estado, porque sai de uma questão estratégica; o que se quer no país e o que se quer no mundo é controlar as sementes e aumentar ainda mais o monopólio dos herbicidas e dos inseticidas.

Portanto, uma visão soberana é fazer com que a lei que deu entrada no Congresso Nacional que trata da biotecnologia e da biossegurança ter este princípio da precaução. Que nós consigamos interferir nessa legislação para que aumentemos a nossa dependência econômica e tecnológica para que possamos aumentar cada vez mais o nosso saldo na balança comercial para que o agronegócio cada vez mais desponte no País. E diga-se de passagem, a China, neste ano, aumentou em 20% a sua importação e o que eles querem mais é a soja convencional. Estes dados são dados reais, eles também compram as transgênicas,

mas nas importações que fizeram, eles aumentaram em 20% a soja convencional. Isto dá um sinal de que o Paraná aumentará suas exportações. Exportou, só neste ano, mais de 2,7 milhões de toneladas de soja para a China e com a certeza de que os negócios aumentarão para aquele país, porque as relações comerciais do governo brasileiro e do governo do Paraná com a China aumentarão, com toda certeza, a curto e médio prazo.

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Elton, para que não paire nenhuma dúvida, apenas eu quero esclarecer a V. Exa. o seguinte: o Rio Grande do Sul não segue o Paraná em nada. O Rio Grande do Sul tinha uma lei proibindo os transgênicos e plantou transgênicos em todo o Estado, como é do conhecimento de V. Exa.

A certificação, o Paraná não está exigindo, a não ser dos caminhões que venham de fora; a nossa soja não está certificada - para exigir a certificação é outro projeto que o Paraná não fez - é o rastreamento, a certificação e a rotulagem, que na minha opinião o Brasil vai ter que fazer, mas hoje, mais amanhã ou depois.

Então, eu acho que no caso do Rio Grande do Sul, através da medida provisória 131 é possível se plantar soja transgênica desde que se tenha a semente, como foi assim estabelecido. O que o Estado está fazendo é exigir a certificação das sementes que possam adentrar ao Estado, porque se confunde muito, semente com grão, no caso da soja. A soja é uma planta autógama, tem fecundação própria, não são necessários cruzamentos, como é o caso do milho de quinze, vinte anos para se ter uma variedade de milho. O caso da soja é simples, é simples também alguém que é o maior produtor de semente do mundo, um dos maiores do mundo, o maior do Brasil não quer a soja transgênica - claro que não - ele vai perder o mercado da soja convencional.

Então, eu só gostaria de colocar isto, porque senão V. Exa. fala que o Rio Grande está copiando o exemplo do Paraná. Não é verdade. Não fosse essa questão do Rio Grande, o Brasil não estava nessa bagunça que está, com relação à questão dos transgênicos.

Muito obrigado!

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

A AMP diz bem claro e eu espero que a lei nacional não autorize, que só para esta safra será permitido o plantio, para quem tem semente no galpão e não é permitida a comercialização da semente.

Eu espero que o Paraná consiga segurar essa, que os outros Estados também façam isto, uma questão de não ver aumentada a nossa dependência econômica e tecnológica.

Esta a questão que estou falando. O que saiu hoje no jornal da Globo foi de que os caminhões que estão passando do Rio Grande do Sul, querendo subir para

Santa Catarina, na divisa, estão sendo parados, está sendo feito o exame, se for transgênico devolve para a origem, porque não pode circular para os Estados, para cima, Santa Catarina e Paraná.

Era esta a nossa fala.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado à Liderança do Governo.

Com a palavra, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Vou usar da palavra para trazer uma explicação a este Plenário - uma notícia que foi veiculada pela imprensa do nosso Estado, que precisa ser devidamente compreendida, porque pode trazer mal entendido.

Eu vi alguns deputados se referirem à questão da falta de energia e da compra de energia elétrica da Argentina. Foi veiculado na imprensa do Paraná que o nosso governo, o governo do Estado do Paraná, vai necessitar comprar energia da Argentina. É preciso informar que esta determinação e esta notícia não é proveniente do governo e nem da Copel; é uma determinação da ONS, do sistema nacional de energia elétrica.

Neste período onde há secas no sul, há dificuldade de água para os reservatórios há uma compensação, por parte do sistema nacional, que faz a compra para não deixar que os reservatórios queimem energia, tenham que produzir energia, neste momento, porque a energia ficaria muito cara.

Então, há uma compensação, quando as chuvas vierem no mês de janeiro, a energia do sul e do sudeste é repassada para outros setores, sobretudo do norte e do centro-oeste. Então há uma compensação de energia elétrica. O Estado do Paraná não precisa comprar energia; tem abundância de energia elétrica, nos próximos 5 a 6 anos não há nenhuma defasagem, do ponto de vista da capacidade energética do nosso Estado.

Então há apenas uma compensação, não há um centavo de perda do ponto de vista da compra dessa energia elétrica, por parte do sistema nacional que regula e é muito complexo. Então, não há uma determinação da Copel. Pelo contrário, a Copel faz parte da organização nacional de energia e o sistema nacional é que vai adquirir esta energia.

Posteriormente com os reservatórios da região sul, em função das águas, sobretudo do mês de janeiro, quando no sul e sudeste há uma abundância, os reservatórios vão produzir mais energia, que será então repassada para o norte e para o centro-oeste. É apenas uma compensação tradicional do sistema, não há nenhuma perda em relação à capacidade energética do Estado do Paraná.

Em relação à suspensão das hidrelétricas que o deputado Elio Rusch argumenta, sobretudo das pequenas, em alguns municípios, é preciso salientar que o governo

do Estado do Paraná e o governo nacional têm uma nova política para o setor que não vai estimular a realização e a construção de usinas hidrelétricas e nem de termelétrica fazendo com que o sistema tenha que comprar, precisando ou não, como era o caso, como vinha sendo adotado pelo sistema de política de produção de energia elétrica no governo de Fernando Henrique Cardoso. Há uma nova política de energia elétrica no País e há uma política na qual o governo do Estado do Paraná está inserido.

São estas as explicações que eu trago e espero que tenham servido para ajudar os deputados a compreender este momento. Não há falta de energia elétrica no Estado do Paraná, não vai faltar, nem na região sul e nem na região sudeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Esta presidência quer convidar todos os deputados, em nome do Movimento Pró-Paraná, para um jantar no dia 10 de novembro às 20h00, no Graciosa Country Clube, em comemoração à posse da ministra paranaense, Dra. Denise Martins Arruda, no Supremo Tribunal.

Convites com o Movimento Pró-Paraná.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 49 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 120/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, propondo estudos para a redivisão administrativa do Estado. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 121/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, propondo estudos para a implantação de centros administrativos nas sedes das regiões administrativas do Estado. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei complementar, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Projeto de lei de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa (UNICHIN), com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos do município de Realeza, com sede e foro no município de Realeza. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

**Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Amor à Vida - GAV, com sede e foro no município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de utilidade Pública a Sociedade Cultural de Música Harmonia Celeste de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 566/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que denomina o prédio do Instituto Médico Legal de Curitiba como Instituto de Medicina Legal Dr. Elias Zacarias. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 03 (três), de autoria do deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,  
AOPROJETO DE LEI Nº 582/2003

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta a seguinte emenda modificativa ao Anteprojeto de Lei nº 582/2003, conforme Mensagem nº 032/2003 do Executivo, no qual o inciso II do artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - os rendimentos provenientes da aplicação financeira.”

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Nelson Tureck, Ângelo Vanhoni,  
Pastor Edson Praczyk e Dobrandino da Silva.

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02,  
AO PROJETO DE LEI Nº 582/2003**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta a seguinte emenda supressiva ao Anteprojeto de Lei nº 582/2003, conforme Mensagem nº 032/2003 do Executivo, onde:

“Suprime-se o inciso XVII do artigo 3º.”

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Nelson Tureck, Dobrandino da Silva e Pastor Edson Praczyk.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03,  
AO PROJETO DE LEI Nº 582/2003**

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, apresenta a seguinte emenda aditiva ao Anteprojeto de Lei nº 582/2003, conforme Mensagem nº 032/2003 do Executivo, no qual o inciso IV do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - Prêmio de produtividade aos procuradores do Estado, em exercício, até o limite de 90% (noventa por cento).”

Sala das Sessões, em 05.11.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Nelson Tureck, Ângelo Vanhoni, Dobrandino da Silva e Pastor Edson Praczyk.

**O projeto será encaminhado à CCJ.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o “Grupo de Idosos Unidos no Amor”, com sede e foro no município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

O item 7, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Já votou.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

E a emenda foi encaminhada a CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O projeto e a emenda.

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 609/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que institui a Região Metropoli-

tana de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a “Obras Sociais Santa Terezinha”, com sede e foro no município de Sertãoópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana Platinense - APHP, com sede e foro no município de Santo Antonio da Platina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 002/2003, de 20.02.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 064/2003**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana Platinense - APHP, com sede e foro no município de Santo Antonio da Platina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2003, de autoria do deputado André Vargas, que institui, no calendário e comemorações oficiais do Estado do Paraná, a Semana da Paz. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26.02.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 078/2003**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado André Vargas, pretende instituir a Semana da Paz no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná. Entre as disposições do texto do projeto está o estabelecimento de ações educativas durante a mencionada semana, inclusive campanha de desarmamento, instituição de uma bandeira própria para o evento e escolha de um cidadão paranaense anualmente para ser homena-

geado pelas suas ações a favor da paz. Dispõe sobre a constituição de uma Comissão Especial para organizar o evento e delega à Secretaria de Estado da Cultura e à Secretaria de Estado da Educação para regular e tomar todas as demais providências, subentendendo-se inclusive a data, pois a mesma não está fixada na proposição, embora no dia 1º de janeiro de cada ano seja comemorado o Dia Mundial da Paz.

O autor justifica a iniciativa pela sintonia do projeto com a campanha lançada pela Unesco, que declara o período de 2001 a 2010 como a década internacional de uma cultura de paz e não-violência para as crianças no mundo.

#### **Voto do relator e fundamentação**

Inobstante a justificativa da proposição mencionar aspectos que não estão contemplados no texto do projeto de lei, como, além de instituir a Semana da Paz, referir-se ao “Dia Estadual da Paz no Paraná”, e instituir um “curso de textos entre os estudantes, em cada um dos municípios paranaenses, que resultará na edição de um livro”, o que entendemos resta como sugestão a ser aproveitada pelo Executivo na regulamentação da futura norma legislativa, não vislumbramos qualquer impedimento de ordem formal para a tramitação do presente projeto de lei.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável à proposição na forma do projeto de lei apresentado pelo autor.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 078/2003

#### **P A R E C E R :**

Louvável sobremaneira o projeto de lei de autoria do nobre deputado André Vargas, que pretende instituir a Semana da Paz, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná, visando ações educativas durante o transcurso da citada semana, incluindo nestas ações, campanha de desarmamento, a adoção da Bandeira da Paz, escolha anual de um cidadão paranaense para receber homenagens por seus atos a favor da paz.

Limitando-se ao exposto e considerando a relevância da matéria, rogamos vênias para ratificar o parecer do nobre presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Digna de elogios a iniciativa.

O parecer é favorável.

A necessidade é urgente.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.  
(aa) TADEU VENERI - Presidente  
RAFAEL GRECA - Relator

#### **ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a “Origens Sociedade Pró-Arte - OSPA”, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2003, de 14.04.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 205/2003

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, declara de Utilidade Pública a Origens Sociedade Pró-Arte - OSPA, com sede e foro nesta capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Jiu Jitsu, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2003, de 19.05.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 272/2003

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Jiu Jitsu, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Golf, com sede e foro

nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2003, de 13.08.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 438/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Golf, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora das Neves - Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau, mantido pela Associação Beneficente Educacional e Cultural das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena - Medéias, com sede no município de Ibaiti e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2003, de 18.08.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 446/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora das Neves - Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau, mantido pela Associação Beneficente Educacional e Cultural das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena - Medéias, com sede no município de Ibaiti e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube dos Idosos de Nossa Senhora

de Fátima, com sede e foro no município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/2003, de 25.08.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 479/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube dos Idosos de Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Premio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/2003, de 25.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 483/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, tem por desígnio instituir o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências.

Segundo a sua justificativa, o presente projeto de lei dará tratamento diferenciado às artes audiovisuais, permitindo, desta forma, incentivo específico para os projetos audiovisuais em desenvolvimento e a serem apresentados. Nessa esteira, revestir-se-á a legislação de real respeitabilidade, cumprindo a finalidade social atribuída pela Política Cultura ao Poder Público de incentivo autônomo à cultura.

Diante da situação ora ressaltada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria. Porém, faz-se mister ressaltar que vota-se pela aprovação de um substitutivo geral na forma apresentada, para realizar a composição entre eles.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ  
AO PROJETO DE LEI Nº 483/2003

Art. 1º - Fica instituído, no Paraná, o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, destinado a fomentar a produção cultural de cinema e vídeo no Estado do Paraná, mediante a outorga de prêmios em moeda corrente aos produtores das áreas de cinema e vídeo, na forma desta lei.

Art. 2º - Poderão ser candidatos aos prêmios instituídos pela presente lei somente produtores e empreendedores das áreas de cinema e vídeo sediados no Estado do Paraná, há no mínimo dois anos, devidamente credenciados pela Secretaria de Estado da Cultura, credenciamento esse que far-se-á, obrigatoriamente, com a participação na Comissão Credenciante de representantes das entidades de produtores culturais da área de cinema e vídeo.

§ 1º - A seleção dos candidatos e agraciados com o Prêmio Estadual de Cinemas e Vídeo, no qual só poderão concorrer produtores e empreendedores sediados no Estado do Paraná, há no mínimo dois anos, será feita pela Secretaria de Estado da Cultura, mediante composição de Comissão Especial que deverá ser formada por no mínimo 05 (cinco) membros a serem nomeados pelo Governador do Estado do Paraná, sendo, obrigatoriamente:

I - dois representantes do Governo do Estado do Paraná, com notória especialização ou trabalho publicamente reconhecido na área de audiovisual;

II - dois representantes das entidades representativas dos produtores da área de audiovisual, cinema e vídeo no Estado do Paraná, com notória especialização ou com trabalho publicamente reconhecido na área que serão nomeados pelo Governador do Estado a partir da escolha feita pelas entidades, estando impedidos de participar nessa comissão quaisquer pessoas que pretendem, direta ou indiretamente, concorrer ao “Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo”;

III - o(a) secretário(a) Estadual de Cultura.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Cultura fará a publicação do edital de abertura para os fins de outorga do “Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo”, sempre até o final de janeiro de cada ano, devendo o prêmio ser outorgado até o final do mês de maio de cada ano, em cerimônia pública especialmente convocada para o evento.

Art. 3º - O “Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo” compreenderá as seguintes categorias e valores de premiação:

I - Longa Metragem: 01 (hum) prêmio anual de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais);

II - Telefilme: três (03) prêmios anuais de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) cada;

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Cultura fixará, num prazo de noventa dias, as demais diretrizes gerais do

Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 5º - Os recursos do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo terão origem:

I - no orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, especialmente destinados ao Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, cujo montante anual não poderá ser inferior ao valor total da premiação estipulada pelo artigo 3º da presente lei.

II - em outras fontes.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 483/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, tem por desígnio instituir o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos legais e constitucionais exigidos para a sua transformação em lei. Neste diapasão, devemos sopesar também sobre a viabilidade financeira do referido projeto, na realidade hodierna.

Assim sendo, devemos fazer luzir que este incentivo às artes audiovisuais possui um encargo deveras notável na promoção do Estado do Paraná em âmbito nacional e internacional, tendo como escopo ainda a ascensão da cultura paranaense e o fortalecimento da economia estatal.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI Nº 483/2003

P A R E C E R :

O projeto sob análise institui o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências.

Destaque-se inicialmente a relevância do presente projeto pelo estímulo a ser dado para o desenvolvimento do cinema e vídeo no Paraná.

Ao analisar o projeto, não fica claro se a premiação será concedida depois de produzidos os filmes e telefilmes ou mediante a seleção de roteiros que receberiam os valores para a sua produção.

Dos debates realizados com representantes da classe dos cineastas paranaenses e produtores de vídeo, constatamos que a premiação reivindicada por estes destina-se à seleção de roteiro do filme e vídeo que será realizado com os recursos provenientes da premiação. Mais do que um prêmio é um estímulo à produção mediante a destinação de recursos.

Da simples análise literal da proposição, a conclusão pode ser nos dois sentidos: premiação do roteiro e premiação do produto final.

Para que fique registrada a clara e inequívoca intenção do legislador paranaense é que apresentamos esse voto em separado, destacando que a premiação será concedida a partir de um roteiro e o favorecido receberá o valor afim de que possa realizar a obra cultural de cinema e vídeo.

Quanto aos demais aspectos, não há óbices à tramitação regimental.

O voto é pela tramitação regimental, portanto favorável ao parecer do relator.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

## ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que cria o Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 066/2003, de 01/09/2003).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 498/2003

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por finalidade criar o parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 498/2003

#### P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do deputado Hermas Brandão, que tem por finalidade criar o Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré.

Como podemos observar, a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator analisando a matéria, que tal propositura irá trazer vários benefícios para a população do município e de toda a Região Metropolitana de Curitiba.

Desta forma não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.2003

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

Em votação.

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tenho aqui em mãos a Ordem do Dia, e no item 22 que ainda vamos votar, consta os pareceres da CCJ e Finanças e não consta o parecer da Comissão de Meio Ambiente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado Edson, há na Mesa um requerimento sobre este projeto, e já satisfaz a sua Questão de Ordem.

Requerimento nº 2564, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para que seja analisado o mérito pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

**Aprovado.**

#### O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Como autor do requerimento, peço que seja determinado 5 Sessões.

#### O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado, não há necessidade.

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sugiro que seja encaminhado à Comissão de Agricultura, também.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está registrado.



Em votação o requerimento do deputado Neivo Beraldin.

**Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 498/2003.

**ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM Duque de Caxias, com sede e foro no município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 515/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Duque de Caxias do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 515/2003

**P A R E C E R :**

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Duque de Caxias do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaquí, com sede e foro no município de

Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2003, de 17/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 552/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaquí, com sede e foro no município de Campo Largo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 25**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Criança Feliz, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2003, de 24/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 569/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Feliz, com sede no município de Conselheiro Mairinck e foro no município de Ibaiti.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 569/2003

**P A R E C E R :**

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Criança Feliz, com sede no município de Conselheiro Mairinck e foro no município de Ibaiti.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães Estrelas, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 595/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Estrelas, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 595/2003

#### P A R E C E R :

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Mães Estrelas, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 596/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 596/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 596/2003

#### P A R E C E R :

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 603/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 603/2003

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 29**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira - ACAL, com sede no bairro Água da Limeira, distrito de Lerroville, município de Londrina e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 607/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira - ACAL, com sede no bairro Água da Limeira, distrito de Lerroville, município de Londrina e foro no mesmo município.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 30**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que institui a Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito nas rodovias do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 610/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermes Fonseca, visa instituir a Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito nas rodovias do Estado do Paraná.

O objetivo da proposição em questão é a conscientização dos usuários das rodovias sobre os cuidados na direção, bem como proporcionar ao Departamento Estadual de Rodagem, estudos, estatísticas, trabalhos que possam contribuir para a redução de acidentes nas estradas do Estado do Paraná.

Isto posto, a Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto constitucional, legal e regimental da proposta, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 610/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

**ITEM 31**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que dispõe sobre a criação do Dia do Taxista no âmbito do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/2003, de 14/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 621/2003

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 621/2003, objeto desta análise, de autoria do senhor deputado Reni Pereira, tem por objetivo criar o Dia do Taxista, no âmbito do Estado do Paraná.

O autor da proposição justificava que o profissional taxista é merecedor do reconhecimento e agradecimento devida às distintas funções de seu trabalho, tais como informações turísticas, serviços de entrega, socorro especial, enfim, vários serviços de verdadeira utilidade pública.

Isto posto, a Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto constitucional, legal e regimental da proposta, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 621/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2531, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2534 e 2553, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2536, 2538 a 2541 e 2544, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2542 e 2543, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2548 e 2549, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2554, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2557, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2558 e 2563, de autoria dos deputados Neivo Beraldin, na condição de presidente; o deputado André Vargas, na condição de vice-presidente e os demais deputados Waldir Leite, Nelson Tureck, Artagão Júnior, Elio Rusch e Duílio Genari, como membros da Comissão Permanente de Fiscalização, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2545 e 2564-A, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2555, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **À Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, para os devidos fins.**

Requerimentos nºs 2528 a 2530, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2532, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2533, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2537, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2523, de autoria do deputado Neivo Beraldin, com apoio dos deputados Doutor Luciano, Delegado Bradock, Ademir Bier e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Gostaria de anunciar neste recinto a presença do ex-deputado e, hoje, prefeito da Princesa dos Campos Gerais, da cidade de Ponta Grossa, o prefeito Péricles Mello.

Seja bem-vindo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 375, 389, 453, 521, 591 e 618/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 279 e 409/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064, 078, 205, 272, 438, 446, 479, 483, 515, 552, 569, 595, 596, 603, 607, 610 e 621/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 386, 510, 517, 519, 522, 565, 571, 628 e 647/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 085, 092 e 103/2003.

Marco ainda uma Sessão em comemoração aos 150 anos da participação da mulher na emancipação política do Paraná, por proposição das senhoras deputadas: Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Arlete Caramês e Elza Correia.

Levanta-se a Sessão.